

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura
Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2008.
Área Temática: Biocombustíveis**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	5
Biodiesel	5
Cedae investe em biodiesel de esgoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/11/2008.....	5
AGCO terá motores 100% a biodiesel – Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/11/2008.....	5
Avião a biodiesel – Globo Rural – Carlos Guteierrez – novembro de 2008.....	6
Etanol	7
Crise faz a 1ª vítima entre as usinas de álcool – Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/11/2008.....	7
Monsanto leva CanaVialis e Alellyx por US\$ 290 mi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/11/2008.....	8
Crise freia projetos de expansão de álcool – Elvira Lobato e Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/11/2008.....	9
Usina atrasa pagamentos a arrendamentos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/11/2008.....	10
Financiamentos ficam mais caros para usinas - Elvira Lobato e Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/11/2008.....	11
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS.....	13
Biodiesel	13
O fiasco do diesel – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 01/11/2008.....	13
Biocombustíveis: Cassel e FIERGS assinam acordo – Sítio eletrônico do MDA – 06/11/2008.....	14
Etanol	15
Conab debate biocombustíveis em encontro internacional – Sítio Eletrônico da Conab – 13/11/2008.....	15
CPT e Rede Social lançam relatório sobre os impactos da produção de cana – Sítio Eletrônico da CPT – 13/11/2008.....	16
Etanol e trabalho escravo: aonde o governo brasileiro quer chegar? – Sítio Eletrônico da CPT – 17/11/2008.....	19
Agrocombustíveis e Soberania Alimentar e Energética – Sítio Eletrônico da CPT – 20/11/2008.....	21
Mudança do clima, Estado e Prêmio Nobel – Luiz Pinguelli Rosa – Folha de São Paulo – Opinião – 11/11/2008.....	23
Sentença de morte – Oded Grajew – Folha de São Paulo – Opinião – 13/11/2008...	25
Experiência brasileira em etanol será apresentada na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis – Sítio Eletrônico do MAPA – 10/11/2008.....	27
Brasil mostra sustentabilidade do etanol em conferência internacional - Sítio eletrônico do MAPA – 12/11/2008.....	28
São Paulo (SP) sedia Conferência Internacional sobre Biocombustíveis – Sítio Eletrônico do MDS – 14/11/2008.....	29
Entidades convocam seminário internacional sobre agrocombustíveis – Sítio Eletrônico do MST – 11/11/2008.....	30

RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	31
Etanol	31
UE prepara barreira ao etanol – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & – 07/11/2008.....	31
Plano de eleito romperá impasse ambiental – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Mundo – 09/11/2008.....	32
Para cumprir meta, Obama precisa driblar lobby do carvão – Folha de São Paulo-Mundo – 09/11/2008.....	33

Segunda Quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	34
Etanol	34
Fetaeg impede demissões e canavieiros encerram greve – Sítio Eletrônico da Contag - 26/11/2008.....	34
Preços do álcool devem subir no ano que vem – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2008.....	35
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS.....	35
Biodiesel	35
Dilema do biodiesel - O Globo – Negócios e Companhia – 18/11/2008.....	35
Etanol	35
Biocombustíveis podem ser alternativa para reduzir emissão de CO² - Sítio eletrônico da CNA – 18/11/2008.....	35
ONG questiona papel positivo do bioetanol – Estado de São Paulo – Vida & - 17/11/2008.....	36
O etanol na conferência de biocombustíveis – Marcos Sawara Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/11/2008.....	37
Lula espera que Obama acabe com restrição a etanol brasileiro – Clarissa Oliveira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/11/2008.....	39
Percalços no álcool – Folha de São Paulo – Opinião 17/11/2008.....	39
BNDES vê expansão de 81% em biocombustível – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/11/2008.....	41
Crise e oportunidade: o etanol brasileiro – José Tadeu Jorge – Folha de São Paulo – Tendências e Negócios – 23/11/2008.....	42
Renováveis são quase metade da matriz do país – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/11/2008.....	43
BNDES já liberou R\$ 5,2 bilhões no ano para projetos de biocombustível - Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 19/11/2008.....	44
Transporte: biocombustíveis podem ser alternativa para reduzir emissão de CO² - Sítio eletrônico do MAPA – 18/11/2008.....	45
Estudo do BNDES reforça compatibilidade entre produção de etanol e alimentos – Sítio eletrônico do MAPA – 18/11/2008.....	45
Expansão de cana e etanol deve-se à produtividade agrícola e industrial, aponta estudo – Sítio Eletrônico do MAPA – 18/11/2008.....	46
Conferência internacional debate sustentabilidade dos biocombustíveis e segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MAPA – 18/11/2008.....	47

Conferência Internacional destaca desenvolvimento tecnológico em biocombustíveis no Brasil – Sítio Eletrônico do MAPA – 19/11/2008	48
Stephanes defende trabalho integrado para desenvolver tecnologias de produção do biodiesel – Sítio Eletrônico do MAPA – 20/11/2008	49
Cassel apóia produção de biocombustíveis em Conferência – Sítio Eletrônico do MDA – 20/11/2008.....	49
Ministro destaca importância de matriz energética limpa para o Brasil – Sítio Eletrônico do MMA – 17/11/2008	50
Minc garante que etanol brasileiro não agredirá o meio ambiente – Sítio Eletrônico do MMA – 20/11/2008	51
Minc defende matriz energética mais limpa para o Brasil – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2008	52
RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	52
Etanol	52
Crise e incerteza sobre Obama diluem debates do etanol em SP – Denise Chrispim Marin e Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/11/2008 .	52
Brasil e EUA ampliam acordo de cooperação em biocombustíveis – Denise Chrispim Marina e Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/11/2008	54
UE amplia proposta de cota para etanol brasileiro – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/11/2008.....	55
Lula: biocombustíveis ganharam destaque na agenda internacional – Sítio Eletrônico do MAPA – 21/11/2008.....	56

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

Cedae investe em biodiesel de esgoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/11/2008

A companhia de saneamento do Rio, Cedae, pretende iniciar no ano que vem a produção de biodiesel a partir de esgoto. O projeto, ainda em fase piloto, vai consumir investimentos de US\$ 3 milhões para a produção de até 20 mil litros do combustível por mês. Com adição obrigatória de 3% de biodiesel para cada litro de diesel de petróleo vendido nos postos brasileiros, há uma demanda anual de 1,2 bilhão de litros do combustível orgânico. O potencial para produção desse tipo de biodiesel chega a 1,5 milhão de litros por ano, caso 100% do esgoto do País fosse tratado. Atualmente, pode-se projetar 40% desse total.

AGCO terá motores 100% a biodiesel – Fabíola Gomes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/11/2008

Enquanto o mercado brasileiro trabalha com uma mistura de 3% de biodiesel ao diesel, o chamado B3, a AGCO Corporation, fabricante de máquinas agrícolas, investe no desenvolvimento de motores que poderão rodar com 5% a 100% do combustível alternativo. “Nossas pesquisas estão em estágio avançado”, disse o presidente mundial da AGCO Corporation, Martin Richenhagen. Ele afirmou que a companhia já tem protótipos dessas máquinas sendo testadas no campo, mas evitou dizer quando os produtos estarão no circuito comercial.

Além dessas pesquisas, a companhia também firmou parceria com a MWM International, subsidiária da norte-americana Navistar International, um dos principais fabricantes de motores diesel do mundo, para desenvolver motores de caminhão que possam receber uma mistura de 60% de etanol e 40% de diesel. Os executivos do grupo reforçaram inúmeras vezes ontem, em São Paulo, que o setor de biocombustíveis apresenta grandes oportunidades para a indústria de máquinas agrícolas, por causa do esperado aumento da produção nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil.

A companhia, que tem a perspectiva de encerrar o ano com o melhor desempenho já registrado no Brasil, também anunciou que vai investir US\$ 50 milhões nas unidades de produção de máquinas e implementos agrícolas instaladas no País. Desse total, US\$ 10 milhões serão destinados para a fábrica de implementos agrícolas Sfil. Esses recursos fazem parte de um programa anunciado pelo grupo no ano passado, que previa investimentos de US\$ 150 milhões, divididos em três anos.

“A Sfil já trabalha no limite de sua capacidade. Vamos investir para ampliar o número de empregados e as instalações. A meta é dobrar a capacidade”, disse André Carioba, vice-presidente da AGCO para a América Latina. Segundo ele, a Sfil está sendo beneficiada pela grande rede de distribuição no Brasil. A meta da companhia é dobrar a capacidade de produção da unidade para até 5 mil itens já no próximo ano.

A Sfil, que fica em Ibirubá (RS), foi adquirida em setembro do ano passado, quando a companhia detinha cerca de 25% do mercado de implementos agrícolas, como plantadeiras e colheitadeiras. Segundo Carioba, a participação da empresa nesse segmento soma 60%, mas pode chegar a 80% com os investimentos.

Os planos da companhia para o segmento de implementos incluem o desenvolvimento de um pulverizador, produto que ainda não é encontrado na linha de produtos da AGCO, que deve ser lançado no mercado até 2010.

Avião a biodiesel – Globo Rural – Carlos Guteierrez – novembro de 2008

Líder na área de biodiesel nos EUA, a Lake Erie Biocombustíveis fez história com o patrocínio ao primeiro voo transcontinental em um jato movido 100% a biodiesel. O avião, chamado BioJet I, cruzou os Estados Unidos de costa a costa.

A iniciativa foi organizada pela [Green Flight International](#), fundada em 2006, para promover e incentivar o uso combustíveis que não agredam o meio ambiente na aviação. A avaliação da organização é que esse voo representa um momento histórico na indústria do transporte de massas e mostra que o biocombustível é uma opção confiável para o futuro.

Etanol

Crise faz a 1ª vítima entre as usinas de álcool – Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/11/2008

A Companhia Albertina, usina localizada em Sertãozinho, na região de Ribeirão Preto (SP), foi a primeira empresa do setor sucroalcooleiro a sucumbir às crises de preços e de liquidez e entrou com pedido de recuperação judicial.

A empresa informou, por meio de um comunicado, que entrou com o pedido para tornar viável a concretização do acordo de repactuação da dívida financeira, “em linha com as negociações que vêm se desenrolando ao longo dos últimos três meses com os seus credores (bancos, fundos e outros agentes financeiros)”.

O comunicado informa ainda que a recuperação judicial permitirá que as atividades da empresa sigam “em regime de normalidade”, bem como possibilitará, ao longo do tempo, o equacionamento dos problemas de liquidez pontuais ocorridos durante esta safra. “Ao mesmo tempo, a empresa e seus principais credores continuarão a trabalhar em um acordo que permitirá o alongamento das obrigações, de forma a adequar o vencimento da dívida à capacidade de geração de caixa.”,

Na empresa, ninguém quis se manifestar sobre o assunto, nem informar a situação financeira da Companhia Albertina. O contato apresentado à Agência Estado para informações complementares foi da Arsenal Investimentos, empresa especializada, entre outras coisas, em administração de fundos e reestruturações financeiras.

A Companhia Albertina, segundo dados da União da Indústria da Cana-de-Açúcar, processou, na safra passada, 1,511 milhão de toneladas de cana, produzindo 148,56 mil toneladas de açúcar e 33,77 milhões de litros de álcool. Além de uma greve de cortadores de cana, enfrentou outros problemas na safra atual, como o atraso no pagamento de fornecedores.

EVENTO - Ofuscada pela crise financeira e pela queda nos preços do petróleo, começa na semana que vem em São Paulo a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. Quando a idéia de realizar o evento surgiu, no fim do ano passado, o etanol e outros combustíveis de origem agrícola viviam sob bombardeio: eram acusados de provocar desmatamento e alta do preço dos alimentos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva queria uma grande reunião, com a presença de George W. Bush e outros líderes mundiais, para pôr essas questões em pratos limpos.

Bush não virá, tampouco outros chefes de Estado. Os funcionários de mais alto nível hierárquico a participar da reunião serão ministros, que deverão chefiar cerca de 50 das 80 delegações que confirmaram presença. **COLABORARAM LUIZ AIKO OTTA E DENISE CHRISPIM MARIN**

Monsanto leva CanaVialis e Alellyx por US\$ 290 mi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/11/2008

A norte-americana Monsanto, líder global em biotecnologia para a agricultura, anunciou ontem que pagará US\$ 290 milhões pelas operações das brasileiras Alellyx e CanaVialis, empresas do grupo Votorantim que atuam no desenvolvimento tecnológico de variedades agrícolas, com ênfase em cana-de-açúcar.

O negócio permitirá à multinacional a diversificação de seu portfólio agrícola e ainda, segundo a empresa, leva em conta o potencial da cana-de-açúcar para a produção de etanol.

"A demanda global por açúcar bruto e por biocombustíveis está começando a crescer em uma velocidade maior que os níveis atuais de produção de cana-de-açúcar, uma cultura essencial para atender essas demandas", disse o vice-presidente executivo de estratégia global da Monsanto, Carl Casale, em um comunicado.

A Alellyx, que atua em desenvolvimento biotecnológico desde 2002, e a CanaVialis, que trabalha com melhorias de variedades de cana desde 2003, tinham acordos com a Monsanto firmados em 2007, para desenvolvimento de cana resistente ao herbicida glifosato (Roundup Ready) e ao ataque de insetos, com a tecnologia Bt.

"O expertise da Monsanto combinado com os conhecimentos da CanaVialis e Alellyx vão ajudar produtores a aumentar substancialmente a produtividade em um período mais curto de tempo", declarou o diretor-executivo da Votorantim Novos Negócios, Fernando Reinach.

A CanaVialis tem contratos com 46 usinas de cana no Brasil que produzem em uma área de 1,1 milhão de hectares.

Segundo a Monsanto, com o negócio a empresa pretende aumentar a produtividade da cana, ao mesmo tempo em que reduz o volume de recursos necessários para o cultivo.

Quando os produtos melhorados geneticamente estiverem sendo utilizados, as empresas prevêem redução dos custos de produção nos canaviais, uma vez que vários agroquímicos deixarão de ser aplicados, tanto para o controle de ervas daninhas como para o controle de insetos.

Crise freia projetos de expansão de álcool – Elvira Lobato e Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/11/2008

Ao menos 47 planos de novas usinas foram adiados devido à falta de crédito e pelo temor de recessão econômica global - No ano passado, havia a estimativa no setor de que 140 usinas seriam implantadas até 2015, mas a previsão caiu para 93

A crise global impôs um novo freio nos projetos de expansão da produção de açúcar e de álcool. Segundo cálculos do setor, pelo menos 47 projetos de implantação de novas usinas foram adiados. No ano passado, havia a estimativa de que 140 usinas seriam implantadas até 2015. A previsão caiu para 93.

A maioria dos projetos em fase inicial foi suspensa à espera de que o cenário econômico fique mais claro. O grupo Rede Energia (dono de nove distribuidoras de energia elétrica) planejava construir duas usinas de álcool em Mato Grosso do Sul, para entrarem em operação em 2011 e em 2012, com capacidade para moagem de 5 milhões de toneladas de cana e investimento de R\$ 1 bilhão.

Um dos projetos foi adiado, segundo José Carlos Constanzo, vice-presidente do grupo. "Fica difícil viabilizar um investimento de tal porte neste momento de crise." Segundo o presidente do Sindicato da Indústria de Açúcar e de Álcool de Minas Gerais, Luiz Custódio Cotta Martins, de 12 projetos já aprovados pelo governo do Estado, 6 estão sendo postergados.

"As empresas que ainda não encomendaram o maquinário nem garantiram a fonte de financiamento vão esperar o desenrolar da crise para reavaliar suas decisões", afirma Martins.

É o caso da Usina Alvorada, de Araporã (MG). A empresa estava providenciando as licenças para implantação de nova unidade -com capacidade inicial de moagem de 1,5 milhão de toneladas de cana-, no município vizinho de Tupaciguara, quando explodiu a crise.

O presidente da empresa, Alexandre Pirillo Franceschi, conselheiro da Coopersucar, diz que parte dos recursos para o projeto depende de investidores estrangeiros, e eles refluíram. "A crise trouxe fatores positivos e negativos que ainda não estão bem dimensionados. Com os níveis atuais dos preços do petróleo, o álcool perde competitividade na exportação. A restrição ao crédito e o aumento dos juros também afetam negativamente, mas a desvalorização do câmbio torna a exportação de açúcar mais competitiva. É preciso ver o que vai pesar mais na balança."

O setor enfrentou preços deprimidos na safra 2007/8, e foi apanhado pela crise internacional quando estava com margem de lucratividade muito estreita, segundo avaliação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A média dos preços reais do açúcar cristal, do álcool anidro e do álcool hidratado pagos ao produtor no ano passado foi a menor desde a safra 1999/ 2000, considerada a mais crítica da história recente do setor.

Por conta disso, várias empresas já estavam propensas a adiar os projetos de expansão quando começou a crise.

Cooperativas - No Paraná, duas cooperativas adiaram projetos de implantação de usinas de açúcar e de álcool: a Corol (Cooperativa Agroindustrial de Rolândia) e a Coopcana (Cooperativa Agrícola Regional de Cana).

O da Coopcana é uma unidade com capacidade inicial de moagem de 1,5 milhão de toneladas. Anísio Tormena, diretor da cooperativa, diz que o projeto começou a ser desenvolvido em 2007. "Pretendíamos deslanchá-lo em 2009, mas já adiamos para 2010.

Falta capital de giro, a exportação de álcool para a Europa e para os EUA parou. Os custos dos insumos aumentaram muito. O adiamento é uma decisão óbvia."

O presidente da Corol, Eliseu de Paula, diz que a construção da usina é necessária para a diversificação da produção agrícola na região de Londrina.

"Estávamos buscando financiamento com agentes internacionais. Ficamos temerosos de levar o empreendimento, de R\$ 250 milhões, adiante neste momento. Os bancos também nos recomendaram o adiamento. Vamos empurrá-lo para 2010 ou 2011."

Levantamento - A quantificação dos projetos adiados foi feita pela publicação especializada "Jornal Cana", de Ribeirão Preto, para o próximo anuário do setor, a ser divulgado no final do mês. Segundo o presidente da publicação, Josias Messias, as empresas prevêem que 28 novas usinas entrarão em operação durante o ano que vem, e que 29 entrariam em operação em 2010.

Já a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) diz que 32 projetos entrariam em operação nesta safra, mas 10 sofreram atraso. Messias acredita que, dentre as que anunciaram o início das atividades para 2009, 8 não chegarão a moer cana durante o ano. Sobre a viabilidade das projeções para 2010, ele considera ser uma incógnita. "Cada safra é uma história. A de 1999/2000 foi a pior da história recente do setor, e a seguinte, de 2000/1, foi a melhor, porque muitas usinas quebraram, faltou cana e o mercado consumidor cresceu. O produtor recebeu R\$ 1 pelo litro de álcool naquele ano. Esse preço nunca mais se repetiu."

Usina atrasa pagamentos a arrendamentos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/11/2008

Especialistas afirmam que pelo menos 7% da cana apta para o corte continuará de pé porque os produtores avaliam que o aumento da produção derrubaria os preços. A cana que deixa de ser cortada pode ser moída na safra seguinte, mas perde em produtividade.

No município de Morrinhos, em Goiás, os produtores rurais que arrendaram terras para a Usina Camen estão apreensivos. A usina deveria ter iniciado suas operações no

começo da safra, em maio, mas continua apagada. Grande parte da cana plantada no município continua de pé, sem perspectiva de ser moída nesta safra, e a usina não pagou aos produtores rurais pelo arrendamento das terras.

O presidente do Sindicato Rural de Morrinhos, Tiago Mendonça, diz que o pagamento deveria ter sido feito no dia 30 de setembro, e que os produtores estão muito apreensivos.

O arrendamento da terra, naquela região, é estabelecido com base no valor da saca de soja. O aluguel anual de um hectare varia de 40 a 50 sacas de soja.

Se o produtor rural colocar o produto dentro da usina, o preço sobe para até 70 sacas de soja. O atraso do pagamento ao produtor rural poderá afetar o comércio local, diz Mendonça.

A usina informou que não iniciou a moagem porque o projeto da usina está passando por modificações, e a unidade não está concluída. Disse ainda que está buscando recursos para pagar aos produtores rurais até o final deste mês.

Financiamentos ficam mais caros para usinas - Elvira Lobato e Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/11/2008

Mesmo os projetos de novas usinas de cana-de-açúcar que ainda não foram postergados já sofrem os efeitos da crise global, que encareceu os financiamentos e os tornou mais escassos até para empresas consideradas de primeira linha.

É o caso da Brenco, comandada pelo ex-presidente da Petrobras Henri Phillippe Reischtul e que tem entre os sócios James Wolfensohn (ex-presidente do Banco Mundial) e Steve Case (ex-AOL-Time Warner). "Uma consequência imediata dessa crise é que o custo do crédito cresceu", diz José Alfredo de Freitas, diretor financeiro da companhia.

A Brenco já assegurou recursos -próprios e de financiamento- para a construção de quatro usinas de álcool, no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e duas em Goiás. Os sócios aportaram R\$ 600 milhões, e um empréstimo do BNDES de R\$ 1,2 bilhão já foi aprovado.

Mas enquanto os recursos do banco estatal não são liberados, diz Freitas, a empresa toca os projetos com R\$ 300 milhões em empréstimos-ponte de bancos privados, cujas taxas já subiram.

Oferta de ações - A Brenco pretende realizar uma oferta pública de ações no próximo ano para captar recursos para a instalação de mais usinas, mas não descarta adiar a oferta, caso a turbulência permaneça.

O mesmo ocorre com outra "neófito" do setor, que anunciou planos ousados de investimento: a ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, que também contraiu empréstimos-ponte à espera da liberação dos recursos do BNDES. "O crédito no momento está mais difícil", afirmou Eduardo Pereira de Carvalho, vice-presidente de Relações Institucionais da EHT.

A empresa aguarda a aprovação de um financiamento de R\$ 1,3 bilhão a R\$ 1,5 bilhão do BNDES para financiar a construção de três usinas -em São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. Os projetos já estão em fase de implantação, e 40% dos recursos necessários já foram aportados pelo controlador.

A usina Santa Cândida, em construção no Mato Grosso do Sul, também sentiu os efeitos da crise. "O nosso projeto encareceu em R\$ 30 milhões, e a taxa de juro cobrada pelos bancos já subiu cinco pontos percentuais", disse Josmar Verilo, presidente da companhia.

Para Antônio Pádua Rodrigues, diretor técnico da Unica, outro importante impacto da crise foi no financiamento às vendas externas, especialmente de açúcar, que se contraiu e agravou a situação do setor, já afetado pelo cenário de preços da commodity deprimidos. "Temos uma produção sazonal, e quase 40% das vendas de açúcar vão para o mercado externo. Quem financia essa produção são os ACCs [Antecipação de Contrato de Câmbio], que estão cada vez mais raros."

Carvalho, da ETH, diz ainda que essa "fonte de financiamento às exportações secou", o que prejudicou as vendas externas. A companhia já tem outras duas usinas em operação.

Carteira de projetos - Apesar da crise, o BNDES, que tem em sua carteira 78 projetos de pedido de financiamento de usinas, continua otimista: "Não acredito que os grupos com projetos em análise [no banco] venham a adiar projetos. Nossas avaliações de médio e longo prazos são bastante positivas", diz Paulo Faveret, gerente do Departamento de Biocombustíveis do banco de fomento estatal.

Segundo Faveret, a maioria dos projetos de álcool se baseou na expansão do mercado interno, sem focar nas exportações -que podem ser afetadas com a contração da economia mundial provocada pela crise. **(EL e PS)**

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

O fiasco do diesel – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 01/11/2008

LAMENTÁVEL, a qualquer título, foi o recuo do governo federal na introdução de um óleo diesel menos poluente no país. A decisão havia sido tomada em 2002 para vigorar em 2009; após seis anos de procrastinação, a medida ficou para 2012.

Saem premiados, assim, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Petrobras e fabricantes de veículos. Com sua omissão, apostaram contra a resolução nº 315 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Ganharam.

A resolução estipulava que em janeiro de 2009 o diesel comercializado no país não poderia ter mais que 50 partes por milhão (ppm) de enxofre, um sério poluente. O diesel S-50 viria substituir o S-500 (500 ppm) hoje utilizado nas áreas metropolitanas. No restante do país, vende-se diesel mais sujo (2.000 ppm).

Criou-se o fato consumado: não havia mais como produzir e distribuir em tempo o combustível de baixo teor. A reação vigorosa da opinião pública e uma ação judicial do governo paulista desembocaram num termo de ajuste de conduta (TAC) entre as partes e o governo federal, após três meses de negociação.

O S-50 será introduzido paulatinamente até 2011, começando em janeiro próximo com as frotas de ônibus paulistana e carioca. Fora dos grandes centros passa a ser vendido diesel com 1.800 ppm, que só em 2014 será totalmente substituído pelo S-500.

O TAC prevê compensações, como o investimento de R\$ 12 milhões das montadoras num laboratório público de testes. Saiu barato, dada a enormidade do adiamento concedido. Além disso, o Conama antecipou de 2016 para 2012 requisito mais rigoroso para veículos pesados novos, que terão de queimar diesel do padrão europeu S-10.

Que sirva de consolo -e de alerta para que não se desmobilize a vigilância que enfim conseguiu impor responsabilidades ao setor petroleiro-automotivo.

Biocombustíveis: Cassel e FIERGS assinam acordo – Sítio eletrônico do MDA – 06/11/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, assinou nesta quinta-feira (6) um acordo de cooperação com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) para desenvolver estudos que viabilizem a produção sustentável de etanol aliada ao cultivo de alimentos.

O acordo foi firmado durante o Simpósio Estadual de Agroenergia, encerrado no início da noite desta quinta-feira na sede da FIERGS, em Porto Alegre. O ministro Cassel falou a empresários do setor de agroenergia sobre temas como "Biocombustível" e "Programa Mais Alimentos". Ele destacou a importância dos produtos da agricultura familiar para abastecer a mesa dos brasileiros e, também, para auxiliar na produção de combustíveis de fontes limpas e renováveis.

“Aqui existem as condições mais adequadas para construir uma nova matriz energética para o Brasil e para o mundo”, disse o ministro, referindo-se ao Rio Grande do Sul - estado que possui 442 mil famílias de agricultores familiares (95% do total de empreendimentos rurais). “É praticamente impossível qualquer empreendimento daqui não ter algum vínculo com esse segmento produtivo”, complementou.

Segundo dados do estudo “PIB da Agricultura Familiar”, organizado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA) em parceria com a Fipe/USP, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio familiar nacional atingiu R\$ 181 bilhões em 2007, dos quais 22%, ou R\$ 40 bilhões, estavam no Rio Grande do Sul.

Os agricultores familiares gaúchos são também os que mais se destacam nacionalmente na captação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). De 1999 a 2007, o estado foi responsável por 23 % dos contratos fechados e por 21% do montante de recursos utilizados em todo o Brasil.

Etanol brasileiro - O Simpósio Estadual de Agroenergia também contou com a presença da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que palestrou sobre as "Políticas Públicas para Biocombustíveis". Ela ressaltou que é necessário acreditar na política do governo brasileiro para esse setor, e fez um alerta: "mesmo diante de uma estabilidade do preço do petróleo, o mundo necessitará de fontes energéticas renováveis e que tenham preços competitivos", frisou.

A ministra lembrou que o tema foi recentemente abordado pelo presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, que defendeu a independência do País das fontes fósseis de energia. Dilma afirmou que, neste aspecto, são abertas mais possibilidades ao etanol brasileiro pela sua qualidade e tecnologia.

Durante a apresentação, a ministra refutou a existência de qualquer prejuízo à produção de alimentos com o cultivo, no Brasil, da cana-de-açúcar. Ela adiantou que o

zoneamento agroecológico da cana está prestes a ser concluído e, entres outras contribuições, apontará os locais onde será permitido o seu plantio.

Parceria - As ações do acordo de cooperação serão executadas pelo NEAD e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL/ RS), que é vinculado à FIERGS. Para o coordenador-geral do NEAD, Carlos Mário Guedes de Guedes, esse acordo marca a atuação do Núcleo em projetos que buscam soluções diversificadas nos temas relevantes para a agricultura familiar, mantendo a linha das parcerias com instituições públicas e privadas.

“O desafio do trabalho conjunto é mostrar que é possível produzir alimentos e biocombustíveis tendo a agricultura familiar em primeiro lugar, ou seja, como ator principal dessa estratégia. A idéia é ir além do acordo assinado, criando um sistema de governança que envolva todos os segmentos produtivos e os governos federal e do Rio Grande do Sul nessa parceria”, adianta.

Etanol

Conab debate biocombustíveis em encontro internacional – Sítio Eletrônico da Conab – 13/11/2008

A Conab vai participar da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, que será realizada de 17 a 21 deste mês, em São Paulo/SP, quando serão debatidos temas importantes para o setor produtivo do etanol brasileiro. O técnico do setor sucroalcooleiro da estatal, Ângelo Bressan Filho, é um dos debatedores do encontro e estará presente em todas as sessões plenárias, interagindo com moderadores e relatores questões que envolvem a experiência brasileira.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, devem participar do encontro cerca de 800 especialistas que vão abordar temas voltados às novas fontes renováveis e sua correlação com a segurança energética, mudança de clima, sustentabilidade e mercado internacional.

O terceiro e último levantamento da safra de cana-de-açúcar 2008 será divulgado pela Conab no dia 15 de dezembro. O último estudo, divulgado no mês de agosto, previu o processamento de cerca de 559 milhões de toneladas do produto. Só para produção de álcool estão previstos 27 bilhões de litros, com um aumento de 17,7% sobre a da safra 2007/2008. (*Raimundo Estevam/Conab*)

CPT e Rede Social lançam relatório sobre os impactos da produção de cana – Sítio Eletrônico da CPT – 13/11/2008

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançam, no dia 18 de novembro próximo, a partir das 9h00, no auditório da APEOESP (ver endereço no final), um relatório minucioso sobre a expansão do monocultivo de cana na Amazônia e no Cerrado. O documento ([acesse aqui](#)), contendo 80 páginas de dados, fotos e entrevistas, faz uma análise dos impactos sociais e ambientais dessa expansão e traz um relato detalhado do avanço deste monocultivo em 11 estados: Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A publicação será debatida e fará parte das análises da mesa temática que discutirá as alternativas em curso pelo mundo na construção da soberania alimentar e energética, durante o Seminário Internacional **“Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética”**. O evento, realizado pela Via Campesina e entidades parceiras, será realizado entre os dias 17 e 19 de novembro em São Paulo, e será um contraponto à Conferência Internacional *“Biocombustíveis como vetor do Desenvolvimento Sustentável”*, convocada pelo governo brasileiro para promover o etanol nacional e tornar aceitável sua suposta “sustentabilidade” para o mercado global.

O documento cita dados sobre o avanço das plantações de cana e de novas usinas de etanol instaladas na região, além de projetos de infra-estrutura, incentivos fiscais concedidos por governos estaduais, E parcerias de órgãos do governo com empresas brasileiras e estrangeiras. Estes dados são complementados por uma pesquisa de campo sobre os impactos para a população local e para os trabalhadores. O estudo traz informações sobre violações de direitos trabalhistas, casos de trabalho escravo, morte de trabalhadores e impacto na saúde dos canavieiros e da população.

Em relação aos impactos ambientais, o relatório faz uma sistematização de estudos recentes sobre os efeitos poluidores dos monocultivos, sobre a destruição da biodiversidade, dos solos e das fontes de água. Diversos estudos demonstram que a expansão de monocultivos representa um risco maior para o aquecimento global do que as emissões de carbono provenientes de combustíveis fósseis. A pressão cada vez maior sobre a fronteira agrícola da Amazônia e do Cerrado tende a aprofundar este problema.

Dados da expansão por estado - A monocultura da cana já é realidade em boa parte do território nacional. No **Acre**, a usina Álcool Verde, da empresa pernambucana Farias, plantou mais de 2 mil hectares de cana ao longo da BR-317 e tem planos de chegar a mais de 30 mil hectares na região, com capacidade de produzir 3 milhões de toneladas de cana por safra. A Álcool Verde prevê uma produção de 36 milhões de litros de etanol na primeira safra e pretende aumentar sua produção de cana em cinco vezes até 2015. A Embrapa prevê que no município de Capixaba as plantações de cana aumentarão em dez vezes até 2012. O estado é visto como estratégico, pois serviria de ponte de exportação de etanol para o Oceano Pacífico, através da rodovia Transoceânica, que conecta Brasil e Peru. No **Amazonas**, A CONAB estima que a produção de cana teve um aumento de 10,90% entre 2007 e 2008. Há ainda um projeto de produção de etanol da empresa Jayoro, que inclui o cultivo de 60 mil hectares de cana em regiões de floresta nativa.

Em **Goiás**, as plantações de cana ocupam 339,2 mil hectares. Entre 2005 e 2006, a área plantada de cana no estado teve um aumento de 47,06%. De acordo com o Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás (Sifaeg), na safra de 2008/2009 há 27 usinas em operação, com previsão de chegar a 55 usinas até 2012. Ao todo, há 97

projetos de novas usinas, com incentivos fiscais aprovados pelo governo estadual. O aumento na produção de etanol nesta safra será de 78%, chegando a 2,12 bilhões de litros. Além da destruição de mata nativa, o cerrado principalmente, a indústria da cana substitui áreas de produção de alimentos e criação de gado, o que, conseqüentemente, pressiona a fronteira agrícola para a Amazônia. No **Maranhão**, de acordo com dados do IBGE, entre 2005 e 2006, o cultivo de cana aumentou 20,93%. Em setembro de 2006, o governo do Estado criou o Programa Maranhense de Produção de Biocombustíveis, que previa a construção de 45 novas usinas, com estimativas de produzir entre 4 bilhões e 7 bilhões de litros de etanol. O governo cita ainda como vantagens as instalações do Porto de Itaqui, a Ferrovia dos Carajás e a Companhia Ferroviária do Nordeste. A primeira parte do projeto prevê a construção de 20 usinas em um prazo de cinco anos, o que representaria a expansão de 15% na produção nacional de etanol. Segundo o governador do Maranhão, o Estado poderia utilizar 500 mil hectares para plantação de cana.

Em **Mato Grosso** existem atualmente 11 usinas em funcionamento. As plantações de cana ocupam regiões do Pantanal, do Cerrado e da Amazônia, em uma área de 214.511 hectares. Na última safra, as usinas moeram em torno de 16.750.000 toneladas de cana. A Secretaria de Planejamento espera triplicar os atuais 800 milhões de litros de etanol. Segundo o Sindalcool-MT, há previsão de expandir as plantações de cana em cerca de dois milhões de hectares nas proximidades do município de Alto Taquari. Uma nova usina irá cultivar 35 mil hectares na região a partir de 2009, com capacidade para moer três milhões de toneladas de cana. Já no **Mato Grosso do Sul**, a CONAB estimou um aumento de 51 mil hectares nas plantações de cana na safra de 2007/2008, o que significou 32% a mais do que a safra anterior, que já ocupava 160 mil hectares. Há nove usinas instaladas e cerca de 50 novos projetos, com solicitações de incentivos fiscais, que poderiam ocupar 800 mil hectares nos próximos anos, de acordo com previsões da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário. Em agosto de 2008, o governador Antré Pucicelli, afirmou que o "Mato Grosso do Sul será o maior produtor de álcool do mundo, em sete anos".

Dados da CONAB indicam que a safra da cana em **Minas Gerais** em 2008 será de 60,2 milhões de toneladas. Essa quantidade é 47% maior do que a safra anterior. Com este aumento, o estado passou a ser o segundo produtor de cana-de-açúcar do país, com uma área plantada de 467 mil hectares. A produção de etanol em Minas Gerais deve chegar a 2,2 bilhões de litros este ano. Segundo o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool, existem 36 usinas em funcionamento no estado. Até 2012, a previsão é chegar a 52 usinas, com produção de 5,5 bilhões de litros de etanol. O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Luz, Dario Paulineli, descreve outros impactos na região. "A cana se expandiu rapidamente nos últimos anos. As empresas fazem contratos de arrendamento com agricultores e o impacto ambiental é enorme. Aplicam veneno de avião e atinge a população das cidades. Desmatam madeira de lei, plantam cana nas nascentes dos rios, não respeitam os estudos de impacto ambiental. Muitos animais estão morrendo com a devastação das matas".

O estado do **Pará**, de acordo com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade São Paulo (USP), poderia dispor de 9 milhões de hectares para produção de cana, o que significaria um aumento de 136% na produção de etanol no Brasil. A CONAB estima que o Pará deve colher cerca de 736 mil toneladas de cana na safra de 2007/2008. A maior parte da produção (648,3 mil toneladas) é voltada para o etanol e somente 36,8 mil toneladas para a produção de açúcar. A usina Pagrisa, flagrada utilizando mão-de-obra escrava e responsável pela maior libertação de trabalhadores já feita até hoje

pelo Grupo Móvel do MTE (1.064 pessoas), localizada no município de Ulianópolis, tem a maior plantação do estado, com 11,6 mil hectares, e produz 50 milhões de litros de álcool por ano. Segundo nota do Ministério das Relações Exteriores, “Não é à toa que a era dos biocombustíveis chegou com força total na Amazônia Legal. Não temos dúvidas de que o Pará provavelmente terá a plataforma de exportação do etanol mais competitiva do Brasil, que propiciará os maiores lucros para os investidores”. Em **Rondônia** há dois projetos de destilarias de etanol, nos municípios de Cerejeiras e Santa Luzia d'Oeste. Há outra usina no município de São Felipe, a 530 km de Porto Velho. Segundo Cléber Calixto, prefeito de Cerejeiras, “a cidade tem terras extremamente férteis e terá uma fábrica de etanol a partir de abril de 2009”.

Em **Roraima** há dois projetos de usinas em andamento, com previsão de cultivar cana em uma área de 90 quilômetros quadrados até 2009, com uma primeira safra de 3 milhões de toneladas. O governo de Roraima incentiva o setor e oferece isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) até 2018. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio indica que o leste de Roraima seria uma das principais áreas de expansão do plantio de cana. Políticos locais fazem pressão para que o governo federal transfira terras públicas para controle dos estados. A Biocapital iniciou uma plantação de mudas e espera produzir 6 milhões de toneladas de cana até 2014, que serviriam de base para processar 530 mil litros de etanol. A empresa pernambucana Camaçari Agroindustrial, cultivou 200 hectares de mudas na fazenda São Sebastião e pretende expandir a produção de mudas em 1000 hectares até agosto de 2009. A empresa obteve isenção de 100% do ICMS e sua previsão é produzir 3 milhões de toneladas de cana até 2009. Enquanto isso, no **Tocantins**, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seagro), afirma que há 16 usinas interessadas em se instalar no estado. De acordo com o governo do Tocantins, o estado poderá utilizar 650 mil hectares para o cultivo de cana. A previsão é produzir 2 milhões de toneladas de cana até 2014. O Grupo Cucaú adquiriu uma área de 1.300 hectares e iniciou a produção em 2006, com uma safra de 250 mil toneladas, com previsão de expandir para 500 mil toneladas. A empresa Maity Bionergia prevê a construção de três destilarias de etanol, cada uma com capacidade para processar 2,4 milhões de toneladas de cana. Segundo a CONAB, houve um aumento de quase 16% na produção de cana no Tocantins, entre 2007 e 2008.

Informações:

Comissão Pastoral da Terra

(81) 9254-2212 / 3231-4445 (Renata Albuquerque)

(62) 4008-6406 (Cristiane Passos ou Marília Almeida)

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

(21) 7699-3665 / (11) 8468-0910 (Evanize Sydow)

Serviço:

Lançamento do relatório “Os impactos da produção de cana no Cerrado e na Amazônia”, durante o Seminário Internacional “Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética”.

Data e horário: 18/11/2008, a partir das 9h00.

Local: auditório da APEOESP (Endereço: Praça da República, 282, São Paulo – SP)

Etanol e trabalho escravo: aonde o governo brasileiro quer chegar? – Sítio Eletrônico da CPT – 17/11/2008

No intuito de promover o etanol brasileiro, vendendo a imagem de sua imaculada sustentabilidade, o Ministério brasileiro das Relações Exteriores convocou para os dias 17 a 21 de novembro uma Conferência Internacional intitulada “Biocombustíveis como vetor do Desenvolvimento Sustentável”. Na oportunidade, o subsecretário-geral de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, coordenador do evento, embaixador André Amado, acaba de rejeitar em bloco qualquer alegação de existência de trabalho escravo no setor de produção de açúcar e álcool. Disse-se “um pouco indignado” pela campanha de “denegrimento” (sic) que visaria o setor com base em denúncias infundadas e confusões conceituais cuja origem não chegou a detalhar.

Conforme dados do Ministério do Trabalho, de janeiro de 2003 a outubro de 2008, 25 operações do Grupo Móvel de Fiscalização, integrado por inspetores do trabalho, procuradores do trabalho e policiais federais, resgataram de condição análoga à de escravo 6.779 trabalhadores em canaviais dos estados de Goiás (6 casos), São Paulo (4), Alagoas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (3 em cada), Rio de Janeiro (2), além de Ceará, Minas Gerais, Paraná e Pará (1 em cada).

O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho é instrumento capital no enfrentamento ao trabalho escravo; tem merecido desde sua criação, em 1995, os elogios de inúmeros especialistas, entre outros da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sua atuação independente já resultou na libertação de mais de 32.500 brasileiros, a maioria deles a partir de 2003 (82% do total) quando a fiscalização foi intensificada.

A mudança crucial nestes anos foi o crescimento brutal das ocorrências flagradas no setor sucro-alcooleiro: a proporção de trabalhadores libertados de situação análoga à de escravo passou de 10% do total no período 2003-2006 (1.605 resgatados) para 51% em 2007 (3.060) e já está em 52% nos primeiros 10 meses de 2008 (2.114). Para os mesmos períodos, os flagrantes no setor passaram de 1% do total a 5% e 9%. No acumulado do período 2003-2008, as ocorrências comprovadas na cana-de-açúcar – atividade geralmente concentrada em extensas plantações - representaram 26% dos libertados e 3% dos casos flagrados, enquanto chegavam a 33% dos libertados e 60% dos casos na pecuária. Lavouras de grãos e carvão vegetal somaram outros 22% dos libertados e 22% dos casos.

120 anos após a Lei Áurea ninguém se orgulha por tais números. A preocupação é com a erradicação efetiva de uma prática que, contraditoriamente, o MRE reconhece no seu website[i], qualificando-a como “residual”, ao aludir à libertação de “apenas” 289 cortadores de cana em canaviais paulistas. Passos significativos foram dados nos últimos anos, particularmente a partir da divulgação da conhecida ‘lista suja’ (atualmente com 4 integrantes do setor sucro-alcooleiro) com seus dissuasivos desdobramentos práticos: cortes de financiamentos, vedação de contratos, suspensão de negócios ao longo das cadeias produtivas envolvidas. Um Pacto Nacional contra o trabalho escravo, com mais de 200 empresas e instituições signatárias, bem como a adoção recente de vários Planos e leis estaduais corroboram o esforço nacional para a erradicação do trabalho escravo, também reafirmado no 2º Plano Nacional preparado pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e lançado há pouco pelo Governo Federal.

Sem surpresa - se considerados os interesses em jogo - as tentativas para desacreditar e derrotar a política nacional de combate ao trabalho escravo não faltaram nestes anos: Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a 'Lista Suja', bloqueio de mais de

13 anos contra a aprovação da PEC 438/2001 ‘do confisco das terras’, ataque virulento, porém fracassado de um grupo de senadores após a fiscalização da Usina Pagrisa (PA).

O escândalo é o Ministério das Relações Exteriores juntar sua voz a um restrito coro formado por setores da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e seus representantes na bancada ruralista do Congresso. O escândalo é um Ministério (MRE) desmerecer a ação corajosa e isenta conduzida por outros membros do mesmo Governo (MTE, MJ, SEDH) e o Ministério Público do Trabalho e não provocar nenhuma reação oficial.

Ao contrário das afirmações do embaixador Amado, a política nacional de erradicação do trabalho escravo, inclusive no setor canavieiro, se baseia em fatos, não em alegações. E o conceito de trabalho escravo orientando a qualificação destes fatos não é nem confuso, nem vago. É definido pela Lei 10.803/2003 e amparado em Convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, particularmente junto à OIT. E está sendo fiscalizado por servidores preparados e isentos. Conforme esclarece o procurador do trabalho Luis Camargo, na formulação atual do Art. 149 do Código Penal, a condição análoga à de escravo é o gênero, sendo suas espécies o trabalho forçado e o trabalho degradante. Com isso, claramente, o legislador brasileiro enfatiza não apenas a supressão da liberdade individual do trabalhador, mas, sobretudo, a garantia da dignidade deste mesmo trabalhador.

Não há argumento para mitigar a caracterização de situações em que, transportados e alojados pior que animais, pressionados pelo pagamento por produção e pela corrida desenfreada por produtividade, cortadores de cana são obrigados a trabalhar até à exaustão, em jornadas ilimitadas, com registro de várias mortes. Sem levar em conta este custo, não há como dissertar sobre as vantagens comparativas do açúcar e do etanol brasileiro no mercado global.

A Comissão Pastoral da Terra recusa a opção enganosa que querem nos impor entre produzir a contento ou lutar por dignidade, e denuncia a perversa manobra em curso. Voltamos a questionar: será que, em nome dos imediatos interesses do setor dos agro-combustíveis, a ele tudo deve ser permitido? Baixar a guarda neste momento no combate à escravidão, por mero oportunismo mercantil, não prepara dificuldades bem piores para o país? Qual é a palavra do Governo sobre isso? Não deveria o Brasil buscar nas oportunidades de que dispõe no mercado mundial um “vetor” para corrigir de vez as conhecidas mazelas de um modelo de desenvolvimento incompatível com as universais exigências de dignidade no trabalho (bem como de sustentabilidade ambiental)? Ou, por teimosa cegueira, preferimos que concorrentes se valham contra nós da arma que lhes oferecemos?

Goiânia, 17 de novembro de 2008.

Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra
Campanha Nacional contra o Trabalho Escravo

Maiores informações:

Xavier Plassat – CPT Araguaia/Tocantins e coordenação da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo – (63) 3412-3200 / 9221-9957

José Batista Afonso – CPT Marabá – (94) 3321-2229 / 9141-8484

Marluce Melo – CPT Nordeste II – (81) 8893-4176

Carlos Lima – CPT Alagoas – (82) 9127-5773

Cristiane Passos ou Marília Almeida – Assessoria de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT - (62) 4008-6406

Agrocombustíveis e Soberania Alimentar e Energética – Sítio Eletrônico da CPT – 20/11/2008

* Documento final do Seminário Internacional Agrocombustíveis como obstáculo à construção da Soberania Alimentar e Energética, realizado em São Paulo, 17 a 19 de Novembro de 2008.

Nós organizações e movimentos sociais do Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Bolívia, El Salvador, México, Equador, Paraguai, Tailândia, Holanda, Suécia, Alemanha e Estados Unidos, reunidos em São Paulo de 17 a 19 de Novembro de 2008.

Discordamos radicalmente do modelo e da estratégia de promoção dos agrocombustíveis. entendemos que estes não são vetores de desenvolvimento, nem tampouco de sustentabilidade. Esta estratégia representa um obstáculo à necessária mudança estrutural nos sistema de produção e consumo, de agricultura e de matriz energética, que responda efetivamente aos desafios das mudanças climáticas.

Afirmamos que: O modelo de agricultura industrial, onde se inserem os agrocombustíveis, é intrinsecamente insustentável, pois apenas se viabiliza através da expansão das monoculturas, da concentração de terras, do uso intensivo de agroquímicos, da superexploração dos bens naturais comuns como a biodiversidade, a água e o solo. Os agrocombustíveis representam uma grave ameaça à produção de alimentos. Independentemente dos cultivos utilizados para a produção de energia, comestíveis ou não, trata-se da competição por terra agricultável e por água.

A produção em escala industrial de agrocombustíveis, ao expandir a fronteira agrícola, soma-se à expansão do conjunto do agronegócio - cujos impactos dinâmicos e efeitos cumulativos são o principal vetor de desmatamento e destruição de ecossistemas em todo o mundo, e no Brasil é responsável pela destruição da Amazônia, do Cerrado e outros.

No Brasil, o setor sucroalcooleiro não se sustenta sem o financiamento público: a promoção dos programas governamentais de agrocombustíveis historicamente tem sido caracterizada por incentivos e subsídios governamentais diretos (como financiamentos públicos do BNDES, em grande parte oriundos do FAT) e indiretos (como não penalização das evasões fiscais e perdão de dívidas).

O setor sucroalcooleiro conta com a conivência do governo quanto ao descumprimento das legislações trabalhistas e ambientais: entre os impactos da produção de etanol no Brasil destacamos a superexploração e as condições degradantes de trabalho e a utilização de mão de obra escrava; a contaminação dos solos, do ar e da água e redução da biodiversidade; o encarecimento das terras e a concentração fundiária, que fragilizam ainda mais os programas de reforma agrária e promovem, concomitantemente, um processo brutal de invasão de territórios de populações tradicionais e povos indígenas e de expropriação das terras de pequenos e médios agricultores; e a ameaça a produção dos alimentos que são consumidos no país. A estrangeirização da terra -seja através da compra ou contratos de arrendamento, para a produção de agroenergia-, também é um fator recente

e extremamente preocupante, pois hipoteca as áreas de terras agriculturáveis disponíveis e as condições estruturais de produção de alimentos.

Denunciamos que a estratégia de difusão internacional do modelo agroenergético do governo brasileiro, através da ação de seus ministérios, em especial o Itamaraty, e instituições financeiras e de pesquisa, como BNDES e Embrapa, reproduzirá os impactos e problemas do setor nos países da África, América Latina e Caribe.

Questionamos a estratégia de expansão dos agrocombustíveis através do mercado global: nos opomos radicalmente ao acordo de difusão tecnológica Brasil/EUA, que visa a padronização e comoditização do etanol. Nos opomos às metas de substituições de combustíveis na União Européia e nos EUA que ampliarão a demanda por terras para produção de agrocombustíveis nos países do Sul.

Alertamos que nem o zoneamento, nem critérios ambientais e sociais irão tornar sustentável o modelo do agronegócio exportador: as propostas de certificação socioambientais dos agrocombustíveis, a tomar por experiências diversas (como FSC, RTSPO, RTSB), não minimizam, mas escamoteiam os impactos, servindo majoritariamente como um instrumento de legitimação do comércio internacional. O zoneamento agroecológico da cana proposto pelo governo brasileiro, assim como a difusão de conceitos como o de terras ociosas, degradadas ou marginais, legitima a expropriação dos territórios para a expansão das monoculturas e oculta os conflitos sociais.

Reafirmamos nossa luta de mais de uma década contra os transgênicos: o avanço dos agrocombustíveis, do etanol de segunda geração e da produção de bioplásticos inclui um componente estrutural de biotecnologia, transgenia e biologia sintética, fatores que representam uma nova frente de ameaça à biodiversidade.

O atual modelo de produção e consumo, promovido pelos países do Norte é insustentável e coloca em risco a vida do planeta. Diante da crise estrutural do sistema capitalista, que engloba a questão energética, ambiental, alimentar, financeira e de valores é preciso repensar o modelo de sociedade e de civilização.

Defendemos como proposta alternativa a soberania energética, que não poderá ser alcançada em detrimento da soberania alimentar:

A soberania energética e alimentar é o direito dos povos de planejar, produzir e controlar a energia e os alimentos nos seus territórios para atender as suas necessidades:

- Requer uma nova organização do modo de vida em sociedade e das relações entre campo e cidade.

- Pressupõe um sistema alimentar calcado na reforma agrária em bases ecológicas adaptada as particularidades de cada bioma, como real alternativa aos problemas da escravidão no campo, da superexploração dos trabalhadores rurais e de concentração e acesso a terra; o fortalecimento do campesinato e das economias locais; a valorização dos hábitos

alimentares e culturais; a diminuição das distâncias entre produção e consumo e relações solidárias de comércio.

Este sistema é também menos dependente, mais eficiente pode ser autosuficiente em energia. É mais apropriado e resistente e é a real solução para a crise climática, provocada pelo modelo agroindustrial petrodependente que é reproduzido na estratégia dos agrocombustíveis, a qual nos opomos.

A soberania energética pressupõe um modelo de produção e consumo de energia e de transporte baseado na racionalidade e economia, através da mudança nos atuais padrões de consumo, na diminuição dos fluxos planetários de bens e energia do sistema econômico globalizado, e em modelos de mobilidade que priorizem o transporte coletivo, públicos e de qualidade em detrimento dos automóveis individuais. Pressupõe a substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia produzida de forma descentralizada e para atendimento das demandas locais, bem como o apoio de assistência técnica e desenvolvimento de pesquisas voltadas aos interesses dos povos. O preço da energia deve ser baseado no custo da produção real e não na especulação financeira. Tampouco pode estar sob controle de grandes grupos econômicos.

A soberania alimentar e energética está calcada nos princípios da democracia e da descentralização, com participação popular no planejamento e tomadas de decisões e gestão da produção de alimentos e energia, incluindo o cesso e controle sobre os fundos públicos, e da solidariedade entre os povos, considerando as diferentes potencialidades, necessidades e soluções apropriadas em cada país ou região. A energia e os alimentos são direitos dos povos, nos são dados pela terra, pela água e pela diversidade da natureza, não podem ser tratados como mercadorias.

Mudança do clima, Estado e Prêmio Nobel – Luiz Pinguelli Rosa – Folha de São Paulo – Opinião – 11/11/2008

QUALQUER TEORIA é refutável, caso contrário, ela não é científica, segundo o filósofo da ciência Karl Popper. Mas o artigo de José Carlos Azevedo na **Folha** de 13/ 10 ("Qual temperatura?", "Tendências/Debates") cita o presidente da República Tcheca, que não tem base para refutar o aquecimento da Terra devido à emissão de gases para a atmosfera, como o CO₂ da combustão de carvão, petróleo e gás natural.

O presidente tcheco, cristão-novo convertido ao capitalismo, ataca os ambientalistas em nome do mercado livre, que conduziu o mundo à crise financeira desencadeada nos EUA. Paul Krugman, Nobel de Economia de 2008, critica essa ideologia. O controle da poluição também exige intervenção do Estado para regular a produção e o desperdício das camadas de maior renda. A Convenção do Clima da ONU foi ratificada pela quase totalidade dos Estados, mas o neoliberalismo radical de Bush o levou a não ratificar o Protocolo de Kyoto.

A relação que o artigo faz entre a origem do movimento ambientalista e o Estado nazista, com o argumento de que a expressão "meio ambiente" foi usada por um biólogo que era nazista, é ilógica. Seria o mesmo que associar ao nazismo as relações de incerteza da mecânica quântica só porque Heisenberg, que as formulou em 1927, tornou-se depois diretor de pesquisas no governo Hitler.

Azevedo considera o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, na sigla em inglês) menos autorizado cientificamente que um grupo dissidente nos EUA. Entretanto, entre os autores do último relatório do IPCC está o Nobel de Química de 1995, Mário Molina, que convidei pouco antes de ser premiado pela teoria sobre os buracos na camada de ozônio no topo da atmosfera para um seminário no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

Os dissidentes atribuem o aquecimento global aos raios cósmicos e à atividade solar. Mas isso está considerado no 4º relatório do IPCC, de 2007, como efeitos naturais, que não explicam quantitativamente a temperatura da Terra sem incluir a contribuição humana. Como não podemos controlar fenômenos naturais, nos resta controlar os sociais, pelo princípio de precaução.

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas contribui para a formulação de um plano de ação do governo, que inclui a redução do desmatamento, a maior fonte de CO₂ no Brasil. Já para reduzir a atividade solar, não há o que fazer.

O artigo diz que efeitos naturais explicam o aquecimento global, mas afirma que não há como computar nem como medir a temperatura média da Terra. Ora, o que explicam, se nada pode ser previsto?

Embora a previsão do tempo só possa ser feita com margem de erro aceitável por curtos períodos, o estudo do clima não se confunde com a previsão meteorológica. Ele trata de médias estatísticas dos comportamentos possíveis da atmosfera em longos períodos, apesar de o tempo em um dia determinado ser imprevisível após poucas semanas, pois a atmosfera é um sistema caótico. O caos determinista, verificado por Lorenz nos anos 1960 na computação para a previsão do tempo, foi teorizado por Poincaré há mais de um século.

É complicada a determinação da temperatura média da Terra, e o artigo de Azevedo a ironiza ao falar no número de telefone médio, somando todos os números de um catálogo telefônico e dividindo a soma pela quantidade de telefones catalogados.

Isso não significa nada. Entretanto, podemos tomar os quatro primeiros dígitos, que codificam as estações por bairros. Se tomarmos telefones de duas estações do Rio -2294 (Leblon) e 2596 (Engenho de Dentro)- e calcularmos a média somando todos os códigos dessas duas estações na lista, se ela for menor que $(2294 + 2596)/2 = 2.445$, então há mais telefones (fixos) na estação do Leblon do que na do Engenho de Dentro. Nesse caso, sim, a média dá uma informação.

A base da teoria do efeito estufa vem de Fourier, em 1824, e Arrhenius, em 1895. Sem ele, a Terra seria muito fria, logo foi benéfico à vida.

Mas o alto consumo de combustíveis fósseis tem aumentado a concentração de CO₂ na atmosfera e o degelo de geleiras perenes indica que a intensificação do aquecimento global tornou-se maléfica.

LUIZ PINGUELLI ROSA, 66, físico, é diretor da Coppe-UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Foi presidente da Eletrobrás (2003-2004).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Sentença de morte – Oded Grajew – Folha de São Paulo – Opinião – 13/11/2008

EM OUTUBRO de 2002, o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) emitiu a resolução 315 determinando que, a partir de janeiro de 2009, a quantidade de enxofre no diesel baixasse de 2.000 ppm -quando vendido nas áreas não urbanas (70% do total)- e de 500 ppm -vendido nas áreas metropolitanas- para 50 ppm. Nos EUA, por exemplo, essa proporção é de 15 ppm; na Europa, de 10 ppm; e, em alguns países da América Latina, já é de 50 ppm

O Conama determinou também que a indústria automobilística passasse a comercializar a partir da mesma data motores menos poluidores (Euro 4). A resolução se deve ao terrível impacto que as partículas de enxofre têm sobre a saúde pública, sendo responsáveis por graves doenças pulmonares e pela morte prematura (sobretudo de crianças e idosos) de cerca de 3.000 pessoas por ano na cidade de São Paulo e de 10 mil nas principais regiões metropolitanas do país.

Embora tivessem quase sete anos para se prepararem, a Petrobras e a Anfavea (representando a indústria automobilística) declararam que não irão cumprir a resolução, apesar de a Petrobras possuir imensos recursos financeiros e tecnológicos e as indústrias automobilísticas fabricarem os motores da geração Euro 4 nos seus países de origem e mesmo no Brasil (só que apenas para exportação).

Ao assumir o Ministério do Meio Ambiente, Carlos Minc disse publicamente que seria inadmissível o descumprimento da resolução. Pouco a pouco, atemorizando-se diante das pressões econômicas e políticas, mudou de atitude e, em vez de continuar exigindo o cumprimento, enviou o caso para o Ministério Público.

A promotora Ana Cristina Bandeira Lins, encarregada de conduzir o processo, adotou inicialmente, em declarações e entrevistas, uma atitude firme pelo cumprimento integral da resolução. Pouco a pouco se recolheu, passou a não atender a mídia, afastou qualquer contato com a sociedade civil, negociando basicamente com Petrobras, Anfavea e Minc.

Diante da mobilização e pressão de várias organizações sociais que tentavam evitar um péssimo acordo, o ministro Carlos Minc se comprometeu a promover uma audiência pública com a sociedade civil antes da assinatura de qualquer acordo judicial. Mas não cumpriu sua promessa.

A promotora Ana Cristina aceitou praticamente todas as propostas da Petrobras e da Anfavea (por exemplo, só em 2014 o diesel 2.000 ppm será substituído totalmente pelo diesel 500 ppm -o mesmo que hoje já circula nas regiões metropolitanas) e impôs compensações pífias (doação de um laboratório e campanha educativa para regulagem de motores).

Todos os leitores deste artigo e suas famílias, especialmente se estiverem morando em algum centro urbano, terão a saúde afetada por essa decisão. Desse episódio, ficam uma pergunta e algumas conclusões.

1) Quem pagará pelas graves doenças pulmonares e pelas mortes resultantes do descumprimento da resolução 315 do Conama? A Faculdade de Medicina da USP estima em U\$ 400 milhões por ano o custo para o SUS apenas na cidade de São Paulo.

2) Descumprir a legislação ainda compensa no Brasil para quem tem poder político e econômico.

3) A promotora Ana Cristina B. Lins, ao aceitar acordo tão lesivo à saúde pública, ao cobrar um preço baixíssimo pelo desrespeito à legislação, ao recusar qualquer diálogo com a sociedade civil, arranjou a imagem do Ministério Público, instituição tão importante para a democracia e a defesa dos direitos humanos no Brasil.

4) Há ainda empresas que confundem responsabilidade social com marketing, com patrocínios e ações filantrópicas, e não entendem que a ética deve se estender a todas as atividades produtivas e, de forma igual, a todos os países em que atuam.

5) O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, não deveria aceitar passivamente pagar a conta em doenças, vidas e recursos, mas exigir o cumprimento integral da resolução.

6) O ministro Minc, por descumprir a palavra e por se mostrar tão vulnerável a pressões econômicas e políticas, perde importante patrimônio para um servidor público: a credibilidade, a confiança e o respeito da sociedade. Não se confundem ações pirotécnicas e performances midiáticas com real compromisso com o meio ambiente, a saúde pública e a ética.

O acordo judicial foi, na realidade, uma sentença de morte para milhares de brasileiros e um estímulo à impunidade. A sociedade brasileira deve cobrar explicações e responsabilidade de quem patrocinou, participou, assinou e compactuou com essa lamentável decisão.

ODED GRAJEW, 64, empresário, é um dos integrantes do Movimento Nossa São Paulo e presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. É idealizador do Fórum Social Mundial e idealizador e ex-presidente da Fundação Abrinq. Foi assessor especial do presidente da República (2003).

Experiência brasileira em etanol será apresentada na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis – Sítio Eletrônico do MAPA – 10/11/2008

Brasília (10.11.2008) – Com 27 bilhões de litros previstos para a safra 2007/2008, o Brasil é o maior produtor mundial de etanol feito a partir da cana-de-açúcar. Por sua excelência, o País sediará a *Conferência Internacional sobre Biocombustíveis: Os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável*, que será realizada em São Paulo/SP, de 17 a 21 deste mês. Governo federal e especialistas do setor vão apresentar e debater a experiência brasileira de quase 35 anos no uso e na produção do etanol. Uma delegação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) participará da conferência, ao lado de representantes de quase 50 países.

A conferência, promovida pelo governo federal, contribuirá para a discussão internacional sobre os desafios e oportunidades apresentados pelos biocombustíveis. Temas relacionados, como segurança energética, produção e uso sustentáveis, agricultura, processamento industrial também serão debatidos, além de questões de especificações e padrões técnicos, comércio internacional, mudança do clima e o futuro dos biocombustíveis.

O evento terá dois segmentos: um conjunto de cinco sessões plenárias, abertas ao público nos dias 17, 18 e 19, e o segmento intergovernamental de alto nível, nos dias 20 e 21, com participação o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

Matriz limpa e renovável – A cana-de-açúcar responde por 16% da matriz energética brasileira, uma das mais limpas e renováveis do mundo, atrás apenas do petróleo e derivados (37%). Da planta aproveita-se o caldo, o bagaço e a palha da cana para produção de açúcar, etanol, adubo e bioeletricidade, com vantagem de reduzir impactos ambientais e gerar créditos de carbono.

O território brasileiro, com 851 milhões de hectares, tem menos de 1% ocupado com o plantio da cana-de-açúcar, para produção de açúcar e álcool. Pouco mais da metade da cana-de-açúcar é empregada pelo setor sucroalcooleiro, 57%, para a produção de etanol; restante, para a produção de açúcar e, um pequeno percentual, destinado a outros produtos como aguardente, rapadura e forragem animal.

Etanol como commodity - De acordo com a Secretaria de Produção e Agroenergia (SPA) do Mapa, os investimentos externos no setor industrial do açúcar e do álcool brasileiro estão em torno de 15%. O consumo do etanol já é maior que o da gasolina e os veículos brasileiros *flex fuel* permitem a utilização de até 100% do etanol hidratado. O álcool anidro é misturado, atualmente, à gasolina na proporção de 25%. O Brasil tem frota estimada em mais de seis milhões de veículos *flex fuel*. Há previsão de investimentos de R\$

30 bilhões na instalação de novas unidades produtoras até 2012. O País, desde 1925, faz testes utilizando etanol misturado à gasolina.

A intenção do governo é fortalecer a cooperação internacional, difundir a experiência nacional com os biocombustíveis, transmitir conhecimento e tecnologia para desta forma, criar condições para que outros países também produzam etanol de forma sustentável. Assim, o biocombustível se consolidará como uma *commodity* que gera investimentos não só no Brasil, mas também em países parceiros do Caribe, África e Ásia. (Da Redação)

Brasil mostra sustentabilidade do etanol em conferência internacional - Sítio eletrônico do MAPA – 12/11/2008

Brasília (12.11.2008) – Com a crescente demanda mundial por energia limpa e renovável, o Brasil é protagonista neste cenário, ao produzir etanol a partir da cana-de-açúcar sem reduzir a área destinada à produção de alimentos. É o país que mais aumenta a produção de excedentes e é o maior exportador de carne de frango e bovina, café, açúcar, e o segundo maior de grãos. Além do potencial econômico, a produção e o uso do etanol geram benefícios sócio-ambientais. Com experiência comprovada, o País apresentará exemplos de ações sustentáveis desenvolvidas na produção do combustível renovável durante a *Conferência Internacional sobre Biocombustíveis: os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável*, que será realizada de 17 a 21 de novembro, em São Paulo/SP.

De acordo com o secretário de Produção e Agroenergia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Manoel Bertone, o governo federal tem promovido a disseminação de políticas que visam ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz energética. “Entre os benefícios ambientais, a utilização de etanol combustível diminui a emissão de gás carbônico e reduz o consumo de petróleo (energia fóssil)”, enfatizou.

O Plano Nacional de Agroenergia considera a necessidade de ampliar as oportunidades de emprego e renda. Além disso, a interiorização do desenvolvimento, a inclusão social, a redução de diferenças regionais e a fixação da população rural são fatores que contribuem para o avanço social.

O Brasil exporta não só biocombustíveis, mas também tecnologia e *know-how* para países interessados em desenvolver programas desses combustíveis renováveis. Muitas nações têm procurado conhecer o programa brasileiro para implementar modelos adaptados à sua realidade. Entre os interessados estão o Mercosul, além de México e alguns tradicionais produtores de açúcar da região do Caribe, como Guatemala, El Salvador e Jamaica, além de países da Ásia e da África.

Evento internacional – Representantes de governos de 50 países, organismos internacionais, comunidade acadêmica, iniciativa privada, sociedade civil e ONGs estarão reunidos na *Conferência Internacional sobre Biocombustíveis* para discutir os desafios e as oportunidades dessa nova matriz energética. Durante o encontro, serão tratados assuntos relativos a segurança energética, produção e uso sustentáveis, além de questões ligadas a especificações e padrões técnicos, comércio internacional, mudança do clima e o futuro dos biocombustíveis.

O evento é organizado pelo Grupo Interministerial de Trabalho, integrado por oito pastas, entre eles o Mapa e será dividido em dois grandes segmentos: *as Sessões Plenárias*, abertas ao público, nos dias 17, 18 e 19, e o segmento *Intergovernamental de Alto Nível*, nos dias 20 e 21.

Mais informações podem ser encontradas no *site* oficial da Conferência: www.biofuels2008.com (Da Redação)

São Paulo (SP) sedia Conferência Internacional sobre Biocombustíveis – Sítio Eletrônico do MDS – 14/11/2008

Representantes de governos, organismos internacionais, parlamentares, comunidade científica e acadêmica, iniciativa privada, sociedade civil e ONGs estarão reunidos em São Paulo (SP), a partir de segunda-feira (17/11), para discutir a questão dos biocombustíveis como segurança energética, produção e uso sustentáveis, agricultura, processamento industrial, além de pontos ligados a especificações e padrões técnicos, comércio internacional e mudança do clima.

Entre os convidados da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis: os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável - cuja abertura está marcada para as 14h de segunda-feira (17), no Hotel Gran Haytt da capital paulista - estará o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Onaur Ruano. O evento – organizado pelo Ministério das Relações Exteriores - será dividido em dois segmentos: “Sessões Plenárias”, aberto ao público nos dias 17, 18 e 19; e “Intergovernamental de Alto Nível”, nos dias 20 e 21 (Dinâmica e Funcionamento).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), um dos integrantes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), incentiva possibilidades de inclusão socioprodutiva por meio do biodiesel. Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), por exemplo, a Pasta garante a compra dos alimentos produzidos em consorciamento com as espécies oleaginosas, junto aos pequenos agricultores familiares que se beneficiam do Selo Combustível Social.

Para a população em situação de vulnerabilidade nas áreas urbanas, o foco está voltado às organizações de catadores de materiais recicláveis. O Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis, presidido pelo MDS, está discutindo com a categoria a construção de políticas públicas para incentivar e apoiar essas organizações na participação da coleta de óleos e gorduras residuais. O objetivo é contribuir para a inclusão socioprodutiva e aumento de renda dessa categoria.

Dimas Ximenes

[Clique aqui para ver a programação](#)

SERVICO

“Conferência Internacional sobre Biocombustíveis: os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável” - Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Data: 17 a 21 de novembro de 2008 (segunda a sexta-feira)

Horário: Abertura 14h – Dia 17

Local: Hotel Gran Haytt, Avenida das Nações Unidas Nº13301 - São Paulo (SP)

Entidades convocam seminário internacional sobre agrocombustíveis – Sítio Eletrônico do MST – 11/11/2008

Diversas entidades, movimentos sociais e ambientais do Brasil e do exterior promovem, entre 17 e 19/11, o Seminário Internacional "Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética", em São Paulo. O evento pretende questionar os mitos da “sustentabilidade” da produção industrial de etanol, aprofundar o debate do papel da agroenergia nas crises alimentar, energética e climática, além de apresentar propostas políticas para o fortalecimento da soberania alimentar e energética.

Contraponto à Conferência Internacional sobre Biocombustíveis do governo federal - que acontece em São Paulo de 17 a 21 de novembro -, o Seminário pretende alertar os participantes do evento oficial e a opinião pública nacional e internacional sobre os graves problemas do etanol quanto a questões trabalhistas (como trabalho degradante e escravo), ambientais (como desmatamentos, exaustão e contaminações de solos e cursos d'água e poluição atmosférica, grandes monocultivos, etc) e fundiárias (concentração de terras, ocupação de territórios de populações tradicionais, estrangeirização das terras), entre outros.

Para as entidades organizadoras do Seminário, o modelo agroexportador incentivado pelo governo brasileiro e a previsão de expansão do setor sucroalcooleiro – dos atuais 7 milhões de hectares de cana para 10,3 milhões em 2013 –, além de aprofundar os impactos sociais, ambientais e fundiários, não atendem às demandas internas de energia e reforçam uma disputa aberta entre culturas energéticas e alimentares pela terra agriculturável.

O evento também analisará os impactos dos cultivos energéticos em países da América Latina, América do Norte, África, Ásia e Europa, e buscará apresentar alternativas que atendam às necessidades locais e regionais das diversas realidades dentro do conceito de soberania energética, atentando para questões de importância vital como clima, soberania alimentar e uso sustentável dos recursos naturais. As conclusões do Seminário serão levadas e apresentadas à Conferência Internacional sobre Biocombustíveis e seus participantes.

Compareça!

Seminário Internacional: Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética - De 17 a 19/11 - No Auditório da Apeoesp, Praça da República, 282, São Paulo

Movimentos e entidades brasileiras convocantes: Via Campesina Brasil – MMC, CPT, MPA, MAB, FEAB, CIMI, PJR, MST, ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária, Amigos da Terra Brasil, ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, CUT – Central Única dos Trabalhadores, Assembléia Popular, FASE, FBOMS, FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Marcha Mundial das Mulheres, Plataforma BNDES, REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos, Rede Economia e Feminismo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Rede Educação Cidadã, Repórter Brasil, Terra de Direitos.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

UE prepara barreira ao etanol – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & – 07/11/2008

O Brasil e sete outros países emergentes vão fazer uma queixa oficial contra a União Européia (UE) por causa das exigências ambientais que o bloco pretende implementar para a exportação do etanol, e ameaçam levar o caso aos tribunais da Organização Mundial de Comércio (OMC). O grupo alega que as barreiras que estão sendo preparadas na UE são “injustas” e congelariam a expansão da produção na América do Sul e na África. Pela proposta européia, a expansão do etanol no Brasil não poderia ocorrer nem no cerrado nem nas matas. Segundo o Itamaraty, a nova lei impediria a ampliação das áreas de cultivo de cana.

O grupo formado por Argentina, Colômbia, Malawi, Moçambique, Serra Leoa, Indonésia, Malásia e Brasil - conhecido informalmente como a Opep dos Biocombustíveis, já que reúne os maiores produtores mundiais - vai entregar uma carta à Comissão européia sugerindo que o bloco não siga adiante com seu projeto. A ameaça vem em um momento de definição da política ambiental européia. O bloco debate há um ano a criação de um selo ambiental para garantir que o etanol que entrar em seu mercado seja “ecologicamente correto”. Os critérios são que o biocombustível contribua para a redução de emissões de CO2 e não destrua áreas de florestas.

O Itamaraty alega que parte da proposta é justificável. Mas se nega a aceitar a proposta de que as áreas de produção sejam limitadas. Na prática, a lei permitiria que apenas zonas no Rio Grande do Sul plantassem cana. Para o Parlamento Europeu, nenhuma zona que possa ser estoque de carbono deve ser cortada.

A UE enfrenta resistências internas para aprovar um pacote que garanta aumento do consumo de etanol na região. Para autoridades européias, a meta somente será cumprida com ajuda de combustível importado, o que beneficiaria as vendas brasileiras. Em apenas quatro anos, as importações européias de etanol aumentaram em mais de cinco vezes, passando de 3 milhões de hectolitros para mais de 14 milhões em 2008. O Brasil já ocupa 70% desse mercado.

A política da Europa em relação à importação do etanol será finalizada até dezembro. Mas governos e o Parlamento Europeu estão ainda em uma verdadeira batalha. Vários deputados querem o aumento das restrições, enquanto produtores de etanol do continente alegam que precisam ser protegidos contra as importações de países onde não se respeita nem o meio ambiente nem as condições trabalhistas. Para os países emergentes, os argumentos ambientais são apenas justificativas para manter os mercados fechados.

O chanceler Celso Amorim já deixou claro que não exclui levar o caso à OMC.

Plano de eleito romperá impasse ambiental – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Mundo – 09/11/2008

Mas promessa de Obama de reduzir emissões de gases esbarra em atraso americano após anos de negação da mudança climática - Especialistas elogiam as iniciativas que devem ainda reduzir a dependência de petróleo, mas não esperam grande mudança em 2009

Ao mencionar o desafio de "um planeta em perigo" como uma de suas prioridades no discurso de vitória da última terça-feira, Barack Obama deixou claro que acabou a era da negação da mudança climática global na Casa Branca.

No entanto oito anos de inação durante o governo Clinton e mais oito de franco retrocesso nessa área sob George W. Bush tornaram virtualmente impossível para os EUA cumprirem uma agenda ambiciosa de redução de emissões de gases-estufa na próxima década.

Isso significa que as políticas de clima e energia de Obama, por melhores que sejam, ainda estarão distantes do corte real de emissões necessário para livrar o mundo de um aquecimento maior do que 2C -potencialmente catastrófico- ao longo do século 21.

Pelo Protocolo de Kyoto, rejeitado por Bush, os EUA deveriam cortar 7% de suas emissões em relação aos níveis de 1990 até 2012. Nos últimos anos, no entanto, as emissões do país cresceram 14%. Hoje, a proposta mais radical em debate no Congresso, a chamada lei Lieberman/Warner/Boxer, fala em devolver as emissões ao nível de 1990 em 2020. "Eu não esperaria uma lei final mais ambiciosa que essa", disse à Folha Elliot Diringer, do Centro Pew para Mudança Global do Clima e ex-porta-voz de Bill Clinton. "Esses números tampouco casam com a meta da União Européia, de 20% de redução abaixo do nível de 1990 em 2020."

Diringer e outros especialistas, no entanto, concordam que o sinal político dado por Obama para as negociações internacionais deve quebrar o impasse na construção de um acordo que amplie e substitua Kyoto após o fim de sua primeira fase, em 2012.

Mesmo assim, diz, uma legislação definitiva no tema dificilmente sairá em 2009 - razão pela qual afirma ser improvável um acordo internacional substancial no ano que vem.

Liderança - "Com Obama eleito, minha esperança é que os EUA possam assumir um papel de liderança", disse o holandês Yvo de Boer, secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU.

Obama angariou simpatia entre os ambientalistas e os líderes europeus ao prometer na campanha reduzir as emissões americanas "na quantidade que os cientistas dizem que é necessária": em 80% abaixo dos níveis de 1990 até 2050.

Para isso, quer colocar em vigor um esquema de comércio de emissões no qual as empresas ganham cotas de emissão anuais. Quem excedê-la leva uma multa pesada; quem ficar abaixo ganha o direito de vender créditos de carbono.

Mas o principal público do discurso de Obama na área de ambiente e energia é interno: uma de suas principais propostas é apelidada de "New Deal verde", que consiste em investir US\$ 150 bilhões na criação de 5 milhões de empregos na área de energia limpa.

Outra promessa é economizar em petróleo, em dez anos, o equivalente àquilo que os EUA importam do Oriente Médio e da Venezuela: 4,3 milhões de barris por dia. O último corte dessa dimensão foi no choque do petróleo de 1973.

Obama espera assim matar de uma vez os três maiores coelhos de seu governo: tirar o país da crise econômica estimulando um setor no qual os EUA são competitivos (a indústria de base tecnológica), solucionar a crise do clima e livrar o país de sua assumida dependência de combustíveis sujos, que direta ou indiretamente o levou à lama do Iraque e do Afeganistão.

Para cumprir meta, Obama precisa driblar lobby do carvão – Folha de São Paulo-Mundo – 09/11/2008

As mudanças vislumbradas por Barack Obama para reduzir a emissão de gases e reduzir a dependência do petróleo não serão fáceis num país cuja política energética é chamada pelo jornalista Thomas Friedman, do "New York Times", de "a soma de todos os lobbies". E no qual um lobby poderoso, o do carvão -o mais sujo de todos os combustíveis fósseis-, passou oito anos ditando as regras para o setor em Washington.

As empresas de energia e os Estados carvoeiros, como Ohio e Pensilvânia (que também são Estados sem preferência partidária definida -e, diz Friedman, isso não é coincidência), devem liderar a resistência a uma futura legislação de cotas de emissão, pressionando os republicanos no Congresso. A tática tem dado certo e impediu que a lei que prevê baixar as emissões ao nível de 1990 em 2020 passasse neste ano.

A seu favor para implementar o "New Deal verde", Obama -que ainda prevê regulações que aumentem a eficiência energética, como um padrão de consumo mais estrito para automóveis- tem a oportunidade criada involuntariamente pela crise, que reduziu a demanda por energia (e as emissões). Também conta com a imensa boa vontade que sua eleição gerou dentro e fora dos EUA e com o crescimento exponencial das energias renováveis, como a solar e a eólica.

Essas tecnologias, segundo a Agência Internacional de Energia, crescem 7,2% ao ano -mais do que qualquer outra fonte-, mas dependem de investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento para ganhar escala e se tornarem tão baratas quanto o carvão mineral.

Como Bush não conseguiu matar a inovação tecnológica, o motor do capitalismo americano, a dose certa de regulação estatal pode fazer dos EUA, o país mais sujo do mundo, exportador de tecnologia limpa. "Agora energia e clima estão na lista [de prioridades], mas vamos ver como as coisas mudam até janeiro", diz Diringer. "Certamente o governo Obama terá uma posição proativa, mas as coisas não vão mudar do dia para a noite." (CA)

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

Fetaeg impede demissões e canavieiros encerram greve – Sítio Eletrônico da Contag - 26/11/2008

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (Fetaeg) impediu que 24 trabalhadores e trabalhadoras rurais fossem demitidos da Usina Panorama em Bom Jesus de Goiás. Os canavieiros seriam dispensados depois da greve de 7 dias, que aconteceu neste mês e mobilizou 400 canavieiros naquela empresa.

Os trabalhadores denunciavam, com a mobilização, as condições de trabalho e as irregularidades nos contratos de safra. A direção da Federação chamou o Chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), Dr. Marcelo Ribeiro, que intermediou negociação entre canavieiros e usineiros na tarde desta terça-feira (25).

A Polícia Militar foi acionada para despejar os canavieiros e canavieiras do alojamento da empresa, na tentativa de impedir que os líderes da greve continuassem na mobilização. A intermediação do MPT e da Fetaeg impediu que as demissões e o despejo dos assalariados e assalariadas fossem concretizados.

O Procurador do Ministério Público disse que as irregularidades dos contratos na Usina Panorama serão investigados. Também garantiu que solicitará investigação ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) das denúncias feita pelos canavieiros.

O presidente da Fetaeg, Elias Borges, disse que a organização dos trabalhadores e trabalhadoras e a presença do MPT foi determinante para barrar a demissão dos grevistas. "Vamos apurar com detalhes as denúncias sobre a qualidade da alimentação dos cortadores e cortadoras de cana e também a falta de equipamentos de segurança", disse Elias.

A Federação assinou um termo com os usineiros que dá garantia aos trabalhadores e trabalhadoras de que não serão perseguidos e receberão todos os direitos trabalhistas no final da safra, que ocorre até o dia 14 de dezembro.

Informação: Elias Borges, presidente da Fetaeg - (62) 8119-3637 - Luiz Henrique Parahyba (Imprensa) - (62) 8119-0220

Preços do álcool devem subir no ano que vem – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2008

A produção de álcool deve crescer em ritmo menor do que o da demanda, que deve superar 2 bilhões de litros por mês em janeiro. Os preços devem subir, segundo Plinio Nastari, presidente da Datagro, empresa que divulgou ontem estimativa da safra de cana para 2009/10. A alta dos preços começa no início do ano, período da entressafra. A pressão dos preços não deverá repetir, porém, a de 2006, quando o litro do álcool hidratado chegou a R\$ 1,23 na porta das usinas (**MAURO ZAFALON**)

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Dilema do biodiesel - O Globo – Negócios e Companhia – 18/11/2008

Preço alto e escassez do produto impedem ônibus do Rio de circular com o B5 A alta no preço e a escassez na oferta de biocombustíveis impediram que a frota de ônibus do estado do Rio circulasse com o diesel B5, este ano. Desde o início de 2008, os veículos estão rodando com o B3, uma adição de 3% do combustível ecologicamente correto ao óleo diesel. A experiência com o B5 (5% de biocombustível) começou nos Jogos Rio 2007, num piloto com 350 ônibus. Após o Pan, o programa foi estendido a 3.500 veículos. Este ano, a intenção era usar a mistura em todos os 18.500 ônibus. — Desde janeiro, o preço disparou: de R\$ 2,20 para R\$ 3,40 por litro, em média. Como não podemos repassar o custo às tarifas, a frota passou a circular com o B3 — diz Guilherme Wilson, gerente de Meio Ambiente da Fetranspor. A entidade, segundo João Augusto Monteiro, diretor de Marketing, levou o assunto ao governador Sérgio Cabral e ao secretário Julio Lopes, de Transportes. Na sexta-feira, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, reconheceu que há problemas de preço e oferta do biocombustível. Ele disse que o governo estuda oferecer compensações pelo uso do B5. O combustível reduz em 10% a emissão de gases do efeito estufa.

Etanol

Biocombustíveis podem ser alternativa para reduzir emissão de CO² - Sítio eletrônico da CNA – 18/11/2008

A utilização dos biocombustíveis como saída para o setor de transporte foi um dos temas discutidos, na manhã desta terça-feira (18/11), durante a segunda sessão plenária da *Conferência Internacional sobre Biocombustíveis*, que acontece esta semana em São Paulo (SP). As discussões abrangem os biocombustíveis e as mudanças climáticas em âmbito mundial. O moderador da sessão, Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum

Brasileiro de Mudanças Climáticas, provocou a questão e também opinou. Para Pinguelli, a aplicação de multas aos condutores de veículos com alta emissão de gás carbônico e, principalmente, o uso de veículos híbridos são exemplos de soluções para o problema.

O norte-americano Christopher Flavin, presidente do Worldwatch Institute, elogiou a atuação do Brasil na área de energias renováveis e acredita que, ao lado da China e da Índia, o País poderá assumir a liderança política na redução de gases de efeito estufa. Na opinião de Flavin, os biocombustíveis são uma alternativa à emissão de CO² pelos transportes públicos, mas deve-se levar em conta a importância de sua utilização em carros de passeio e em caminhões, por exemplo. “Não há porque se concentrar apenas no transporte público. É preciso, desenvolver uma economia baseada em baixo teor de carbono e o Brasil tem possibilidades de fazê-lo”, completou.

O presidente do Processo Negociador do Protocolo de Quioto, o embaixador argentino Raúl Estrada-Oyuela, defende a melhoria dos combustíveis e do sistema de transporte; como exemplo, questionou o abandono do uso de ferrovias para o trânsito de produtos agrícolas. “Ainda há muito que ser feito na área de transporte, não é o caso de responsabilizar apenas o mercado”, afirmou.

Biocombustíveis versus alimentos - Na opinião do diretor da Smith School of Enterprise and the Environment, da Universidade de Oxford, Sir David King, é preciso analisar o ciclo completo da emissão de carbono e desenvolver tecnologias que não utilizem culturas alimentares para a produção de energia. Segundo King, em 2050, nove bilhões de pessoas no mundo demandarão ainda mais alimentos. “É preciso ter cuidado com o incentivo à produção de biocombustíveis a partir de alimentos, ressaltou.

Sessão Plenária 3 - A partir das 15 horas, os participantes da conferência assistirão ao debate Biocombustíveis e Sustentabilidade: segurança alimentar; geração de renda, desafios para os ecossistemas.

ONG questiona papel positivo do bioetanol – Estado de São Paulo – Vida & - 17/11/2008

A organização não-governamental britânica Corporate Europe Observatory (CEO) pediu hoje à União Européia que não considere “sustentáveis” os biocombustíveis brasileiros, especialmente o bioetanol obtido da cana-de-açúcar. Para a organização, “a expansão da cana-de-açúcar está empurrando os plantadores de soja e criadores de gado para o Amazonas, causando desmatamento e agravando a mudança climática”. Até 2020, 10% dos combustíveis utilizados no transporte europeu deverão ser de fontes renováveis.

O etanol na conferência de biocombustíveis – Marcos Sawara Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/11/2008

Esta semana São Paulo está sediando uma grande Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, organizada pelo governo Lula. Trata-se de um passo fundamental para mostrar ao mundo que os biocombustíveis são uma alternativa de segurança energética, de redução dos gases de efeito estufa e de renda adicional para milhões de agricultores ao redor do planeta.

Quase 3 mil participantes, entre ministros de Energia e Meio Ambiente, parlamentares, ONGs, empresários e trabalhadores, estão reunidos para debater os temas mais atuais da agenda dos biocombustíveis: diversificação da matriz energética, mercado internacional e barreiras comerciais, mudança climática, mudanças no uso de terra, eficiência econômica, responsabilidade ambiental e social, tecnologia e inovação.

Para o setor sucroenergético brasileiro, a conferência chega num momento crucial de forte redução de renda que atinge as usinas, os fornecedores de cana e as indústrias supridoras de insumos, máquinas e equipamentos para o setor. A crise financeira internacional e a falta de liquidez de curto prazo para créditos e investimentos impactam o setor após um ciclo de quatro anos de elevados investimentos e dois anos de preços deprimidos. O Brasil é o maior exportador mundial de açúcar e etanol. São cerca de 400 usinas processadoras, mais de mil indústrias de suporte, 70 mil fornecedores de cana-de-açúcar e geração de quase 1 milhão de empregos diretos. O faturamento do setor sucroenergético em 2007-2008 foi de R\$ 42 bilhões e as exportações superaram US\$ 6 bilhões (quinto lugar no ranking nacional). O setor situa-se hoje na quarta posição entre os maiores investidores do País: entre 2005 e 2008 foram US\$ 20 bilhões e nos próximos quatro anos estariam previstos investimentos adicionais de mais de US\$ 30 bilhões.

Ocorre que os fundamentos econômicos do setor sucroenergético brasileiro continuam absolutamente sólidos e apontam para preços remuneradores nos próximos anos, graças à demanda aquecida por carros flex, aos novos usos do etanol na alcoolquímica (bioplásticos), ao crescimento das exportações de açúcar e etanol e à crescente oferta de energia elétrica oriunda da biomassa da cana-de-açúcar.

Os efeitos da crise financeira e da escassez de crédito, contudo, atingiram duramente o setor precisamente no final da safra, um período bastante crítico em que as empresas têm de formar estoques de etanol para cobrir a entressafra, exportar grandes volumes de açúcar e reformar canaviais e plantas industriais antes de iniciar a safra do ano seguinte.

A maior liquidez do sistema financeiro brasileiro e a definição de políticas públicas adequadas terão papel crucial no apoio à travessia dos próximos meses, garantindo a continuidade dos investimentos que estão atingindo o seu período de maturação, a liquidez de capital de giro para a formação de estoques de entressafra e a realização das exportações de açúcar e etanol. É preciso evitar que as empresas vendam açúcar e etanol a qualquer preço para manter o seu capital de giro, o que provocaria um sobreconsumo neste momento e o risco potencial de falta de produto no auge da entressafra.

Além dos impactos da crise financeira, outros temas que estarão em pauta na conferência e que preocupam sobremaneira a indústria sucroenergética são:

A questão do futuro da matriz energética brasileira e mundial, num momento em que os preços do petróleo desabam e que fontes “sujas” de energia elétrica, como o carvão e o óleo combustível, continuam recebendo incentivos. É preciso que haja um claro reconhecimento das externalidades energéticas, sociais e ambientais das diferentes fontes de energia renovável, por meio da definição de políticas públicas que fixem mandatos de mistura e diferenciais tributários que estimulem o seu desenvolvimento.

Na área ambiental, é fundamental defender a idéia de que os biocombustíveis não podem crescer à custa de novos desmatamentos, o que seria uma incoerência diante dos benefícios que estes produtos trazem para o meio ambiente. O zoneamento agroecológico é uma das alternativas para evitar o problema. No caso da cana-de-açúcar, seria importante concluir rapidamente o decreto governamental que vai coibir o avanço da atividade em biomas mais sensíveis, como a floresta amazônica e o Pantanal.

Na área social, o foco deve estar centrado no reconhecimento das empresas que adotam as melhores práticas trabalhistas por meio de processos voluntários de adesão, auditoria e certificação de conformidade, reconhecidos pelo mercado. Faz-se também necessária a adoção de amplos programas de qualificação e recolocação dos trabalhadores que estão sendo deslocados pela crescente mecanização da cana-de-açúcar para trabalharem no setor e em outros segmentos da economia. A mesa de diálogo para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar, lançada formalmente pelo Palácio do Planalto em julho, avançou menos do que gostaríamos, mas tem tudo para produzir resultados concretos nos próximos meses.

A cadeia produtiva sucroenergética é um dos segmentos de maior visibilidade da economia brasileira. O Brasil detém experiência extremamente sólida no uso de energias renováveis e governo e setor privado têm a obrigação de assumir posições de liderança mundial no processo. Exemplos de ações são a valorização de matrizes energéticas limpas, a adoção de metas nacionais de redução de gases de efeito estufa, o esforço de consolidação do etanol como commodity global e atitudes proativas no intenso debate global sobre sustentabilidade socioambiental dos biocombustíveis, além de esforços coordenados de comunicação para derrubar mitos, crenças e falsas generalizações que têm sido divulgadas sobre o setor. ***Marcos Sawaya Jank é presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica)**

Lula espera que Obama acabe com restrição a etanol brasileiro – Clarissa Oliveira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/11/2008

Cercado de delegados estrangeiros que passaram os últimos dias debatendo o mercado de biocombustíveis, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a fazer ontem um forte discurso contra o protecionismo americano no setor. Ao encerrar uma conferência internacional organizada pelo Ministério de Relações Exteriores sobre o tema, Lula queixou-se do fato de o etanol brasileiro ser alvo de tarifas no mercado internacional, enquanto um combustível poluente como o petróleo é comercializado sem restrições. E disse esperar uma mudança na postura dos Estados Unidos após a troca de comando na Casa Branca.

“Espero que a posse de Obama permita que os Estados Unidos olhem com os olhos mais, eu diria, apaixonados para o etanol brasileiro e para a cana-de-açúcar brasileira”, disse Lula, em referência ao presidente eleito dos Estados Unidos, o democrata Barack Obama. Ele explicou o otimismo pelo fato de ter ouvido, ao longo da eleição americana, manifestações de Obama e do republicano derrotado John McCain favoráveis à renovação da matriz energética do país.

Lula cobrou de outras nações uma postura coerente com o discurso em favor da redução das emissões de gases de efeito estufa. “É muito engraçado, sabe, o mundo assinou o protocolo de Kyoto, todo mundo quer diminuir a emissão dos gases de efeito estufa. Entretanto, eles não cobram nenhuma tarifa no preço do petróleo para importar e, no etanol, colocam uma tarifa muito alta, o que é um contra-senso”, afirmou o presidente.

Percalços no álcool – Folha de São Paulo – Opinião 17/11/2008

Indústria da cana investiu muito e agora atravessa dificuldades que, porém, não afetam atratividade do setor no longo prazo

A INCERTEZA econômica está criando dificuldades para todos os setores. No caso da atividade sucroalcooleira, alguns elementos específicos tornam a travessia dos próximos trimestres um pouco mais pedregosa.

Nos últimos três anos, muitos produtores de açúcar e de álcool endividaram-se com novos projetos, mas não contavam com a queda dos preços internacionais do açúcar, que se abateu sobre o setor quando as suas margens de lucro se estreitavam. O colapso financeiro global favoreceu um congelamento brusco dos planos de investimento.

Como esta **Folha** noticiou, pelo menos 47 projetos foram adiados: o número de novas usinas estimadas até 2015 caiu de 140 para 93. Além de ter perturbado o cenário futuro, a crise começa a atingir as operações do setor. O financiamento às exportações diminuiu, afetando um instrumento importante para a venda do açúcar, os ACCs (Antecipação de Contrato de Câmbio).

A interrupção de investimentos já traz conseqüências para a cadeia sucroalcooleira. Há pouco tempo, a indústria de máquinas não conseguia dar conta dos pedidos para as usinas -cada complexo leva até seis anos para ser erguido. Agora o parque industrial começa a dar sinais de ociosidade, com o cancelamento de encomendas.

O endividamento, aliado à mudança brusca no ambiente de negócios, já levou pelo menos uma grande usina, na região de Ribeirão Preto, a entrar com pedido de recuperação judicial. Representantes do setor especulam sobre um pacote de ajuda semelhante ao elaborado pelo governo para a construção civil.

Trata-se de uma situação delicada num vetor importante para a economia brasileira - e especialmente para São Paulo, responsável por 58% da produção nacional e líder do processo de expansão. O segmento sucroalcooleiro é um dos que mais investem no país, depois de petróleo, siderurgia e mineração.

O mercado doméstico de álcool cresce a taxas superiores a 10% ao ano -e absorve 80% da produção doméstica. O volume de álcool fabricado em 2008, de 26 bilhões de litros, cresceu 15% em relação a 2007.

Modular a capacidade de produção é o desafio que está colocado para os empresários. A queda brutal na cotação do petróleo, já abaixo de US\$ 60 o barril, faz o álcool perder competitividade. A desvalorização do real, por outro lado, torna a exportação de açúcar mais rentável.

Seja como for, a conjuntura desfavorável precisa ser encarada com serenidade. A crise representa uma depressão cíclica para um setor que não perdeu sua atratividade estratégica. A demanda interna por álcool, em razão dos carros flex, continuará crescendo, embora a um ritmo inferior, no curto prazo, ao que vinha registrando.

O biocombustível brasileiro permanece uma grande promessa para o mercado internacional. A energia elétrica produzida a partir da queima do bagaço de cana, alternativa que apenas começa a deslanchar, também traz perspectivas alentadoras.

BNDES vê expansão de 81% em biocombustível – Folha de São Paulo – Janaina Lage - Dinheiro – 17/11/2008

Estudo elaborado pelo BNDES a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirma que a demanda mundial por biocombustíveis alcançará 101 bilhões em 2010. O resultado representaria um aumento de 81,3% em relação ao patamar de 2007, de produção de 55,7 bilhões de litros.

As previsões indicam que a equiparação entre oferta e demanda só deverá ocorrer em 2015, quando a produção chegar a 162 bilhões de litros para um patamar de demanda de 150 bilhões de litros.

As informações fazem parte do livro "Bioetanol de Cana-de-açúcar Energia para o Desenvolvimento Sustentável", que será lançado pelo presidente amanhã durante a Conferência Internacional sobre os Biocombustíveis, em São Paulo.

Apesar do cenário positivo projetado no livro, Júlio Ramundo, superintendente da área de Indústria do BNDES, diz que a crise no mercado financeiro está levando empresas a reverem planos de investimento. Ele diz não ter havido impacto nos pedidos de financiamento feitos ao banco.

"A falta de crédito generalizada afeta todos os setores. O setor já vinha de uma situação de preços que não era das mais favoráveis, mas o banco vê isso como uma situação conjuntural. Os projetos que estão em sua fase inicial estão sujeitos a revisão das decisões de investimento. O tempo de maturação desses projetos é longo, e quando os pedidos chegam ao banco, o empresário já tomou a decisão de investir. Não houve desistência", disse.

A participação dos empréstimos para o setor sucroalcooleiro no total de financiamentos do BNDES saltou de 1,53% em 2004 para quase 8% de janeiro a outubro deste ano. De acordo com o banco de fomento, já foram liberados este ano R\$ 5,22 bilhões para o setor.

Do total desembolsado pelo BNDES em 2008 para o setor, R\$ 2,31 bilhões foram destinados à fabricação de álcool. O restante estava relacionado a investimentos em cogeração, cultivo de cana e produção de açúcar. A carteira de projetos do banco soma R\$ 12,415 bilhões, entre operações em perspectiva, em consulta, em análise, aprovadas ou contratadas, com um total de 78 projetos.

Divulgação - Com o objetivo de abrir espaços na economia mundial para o álcool, o BNDES programou viagens de divulgação do livro "Bioetanol de Cana-de-açúcar -Energia para o Desenvolvimento Sustentável" por América do Norte, América Central, Europa e África em 2009. Luiz Augusto Horta Nogueira, organizador do livro, diz que o principal entrave para a inserção do álcool como commodity é a desinformação. "Para nós, o álcool já se tornou parte do cotidiano, mas há quem não saiba nem que há uma parcela de álcool misturada à gasolina", diz ele. O estudo contesta também as afirmações de que a produção de álcool de cana-de-açúcar prejudica a produção de alimentos.

A onda de discussões sobre a sustentabilidade das economias é uma janela de oportunidades para quem tem tecnologias alternativas

NO RASTRO das más notícias trazidas pela crise mundial dos mercados -escassez do crédito, redução dos investimentos e aumento das taxas de desemprego-, começa a emergir, para além do pessimismo generalizado, uma onda de discussões sobre a sustentabilidade das economias e as alternativas existentes para os pontos de colapso. Janelas de oportunidades podem surgir, portanto, para países que detêm tecnologias alternativas, como o Brasil.

Ao se tornar mais evidente, por exemplo, a necessidade dos países centrais de resolver sua dependência do petróleo árabe e venezuelano -sem contar a tendência mundial de redução do consumo de petróleo pelo uso de alternativas limpas-, não são desprezíveis as chances de que a solução venha dos biocombustíveis, cenário em que ninguém estaria melhor situado que o Brasil.

É nesse contexto que continua a se desenrolar o debate, a meu ver equivocado, que contrapõe o etanol à produção de alimentos. Partidários do crescimento econômico, como se só eles defendessem o progresso, postam-se de um lado e bradam números escolhidos para a defesa de seus argumentos. Defensores do equilíbrio social, como se fossem os únicos defensores da justiça, posicionam-se na outra trincheira munidos de suposições e deduções teóricas.

Para que a questão seja compreendida em sua inteireza, é imprescindível que alguns fatos sejam levados em conta. O primeiro é que há muito o agronegócio brasileiro sustenta o país. Não por acaso o Brasil é o maior exportador mundial de café, soja, açúcar, suco de laranja, carne bovina e carne de aves. Possui a maior área agricultável do mundo. É o maior, se não o único, produtor de álcool a partir da cana e desenvolveu tecnologia própria para isso.

O centro da polêmica está no risco de que áreas hoje plantadas com alimentos sejam destinadas à produção de cana. Há indícios de que isso já ocorra em pequena escala no Estado de São Paulo. Contudo, essa constatação não deveria servir para satanizar o etanol e transformar em queda-de-braço o debate em torno da cana, mas, sim, para ampliar o espectro da discussão e forçar a emergência de uma política agrícola que seja capaz de evitar tal ocorrência e equacionar as variáveis da oportunidade histórica que se apresenta.

A agricultura brasileira ocupa atualmente uma área plantada de cerca de 60 milhões de hectares. Além dessa área já em uso, o país possui ainda 90 milhões de hectares agricultáveis. Com tamanha disponibilidade para a expansão da produção agrícola em geral, é perfeitamente possível que o país se organize para evitar qualquer obstáculo à produção de alimentos como decorrência do aumento da área destinada à cana.

A oportunidade histórica do etanol pode e deve incluir, como condição básica, a adoção de medidas reguladoras e, mais que isso, a existência de um instrumento organizador que atenda pelo nome de política agrícola -o que, a rigor, o país nunca teve. Quando muito, episodicamente, aplicou-se esta ou aquela política econômica para a agricultura.

Para permitir o avanço tanto da produção de alimentos como da produção de cana, o país precisa fixar objetivos de médio e longo prazo tendo como base conceitual os fundamentos da agropecuária e fazendo dos recursos financeiros o instrumento indutor para o alcance das metas.

O que começa a acontecer em São Paulo no âmbito da cana pode ser evitado, desde que o governo estimule o plantio de cana em regiões amplas que justamente buscam novas frentes de desenvolvimento -por exemplo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul-, cuidando para que São Paulo preserve sua área agricultável, em boa medida já ocupada, prioritariamente para a produção de alimentos.

Não se trata de proibir ou impor, mas de oferecer garantias, propiciar níveis de produtividade e, sobretudo, ter um projeto abrangente para a agropecuária, em que temas como zoneamento, cadeia do frio, armazenagem, secagem e infra-estrutura da cadeia produtiva saiam das referências técnicas e acadêmicas para a realidade da produção e do abastecimento.

Ao longo da história, nenhum país logrou a supremacia, ao mesmo tempo, da produção de alimentos e da produção de energia. O Brasil está diante dessa oportunidade. Não convém desperdiçá-la. Para além da crise dos mercados, ela significará, mais do que o desenvolvimento econômico em si, um passo adiante na solução de desigualdades históricas, tanto geográficas quanto sociais. **JOSÉ TADEU JORGE*, 55, *engenheiro de alimentos, é reitor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)*.

Renováveis são quase metade da matriz do país – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/11/2008

O Brasil tem quase metade de sua matriz energética representada por fontes de energia renováveis, um número superior à média mundial, mas a participação de fontes alternativas como a eólica, a solar ou a geotérmica é praticamente nula.

Segundo os mais recentes dados oficiais disponíveis, as fontes renováveis somavam 46,4% da matriz energética nacional em 2007. O maior peso nessa categoria veio da cana-de-açúcar, que respondeu por 16% da oferta interna de energia, seguida pela biomassa (basicamente lenha e carvão vegetal), com 15,6%, e pela energia hidráulica e eletricidade (14,7%).

O petróleo e seus derivados, entretanto, ainda representavam o grosso da oferta interna de energia, com uma participação de 36,4%. Entre as demais fontes não-renováveis, o gás natural teve 9,3%; o carvão mineral, 6,2%; e o urânio, 1,4%.

A eólica apareceu apenas quando se falou da oferta interna de energia elétrica, em que apareceu com 0,1% (a de origem hídrica teve fatia de 77%). No auge do apagão elétrico, em 2001, chegou-se a criar um incentivo para a instalação de até 1.100 MW de energia gerada a partir do vento, mas pouquíssimos projetos avançaram.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, tem sinalizado incentivos fiscais para o desenvolvimento das energias eólica e solar no país. O petróleo, no entanto, dificilmente deixará o posto de principal combustível para a economia brasileira. Sobretudo após a descoberta de reservas gigantescas do produto no litoral brasileiro, nas chamadas camadas pré-sal.

BNDES já liberou R\$ 5,2 bilhões no ano para projetos de biocombustível - Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 19/11/2008

SÃO PAULO. O BNDES liberou até outubro R\$ 5,2 bilhões para o financiamento de projetos de biocombustível, sobretudo aos destinados à expansão da produção de etanol. Só em outubro, os desembolsos ao setor somaram R\$ 800 milhões, volume recorde para um único mês desde a criação do departamento de biocombustíveis do banco, em agosto de 2007. Durante todo o ano passado, o banco de fomento repassou para os usineiros R\$ 3,6 bilhões. — O banco agilizou os recursos para reduzir o impacto da crise, mas não mudamos os critérios de avaliação que são bem rigorosos — disse ontem o gerente do Departamento de Biocombustíveis do BNDES, Paulo Faveret, durante a 1ª Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. Apesar da escassez do crédito e das reclamações de que está faltando rapidez ao banco na liberação de recursos, Faveret disse que o BNDES tem dinheiro suficiente para as demandas do setor, e atribuiu os problemas que algumas empresas (usinas) estão enfrentando a erros de planejamento financeiro. O ex-presidente da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica) Eduardo Carvalho concorda que houve muitos erros de planejamento que a crise acabou expondo. Carvalho, que hoje dirige o Departamento de Relações Institucionais da ETH Bioenergia, braço do grupo Odebrecht no setor sucroalcooleiro, disse que o quadro atual de dificuldade vai acelerar o processo de fusões e aquisições no setor.

Transporte: biocombustíveis podem ser alternativa para reduzir emissão de CO² -
Sítio eletrônico do MAPA – 18/11/2008

São Paulo/SP (18.11.2008) - A utilização dos biocombustíveis como saída para o setor de transporte foi um dos temas discutidos, na manhã desta terça-feira (18), durante a segunda sessão plenária da *Conferência Internacional sobre Biocombustíveis*, que acontece esta semana em São Paulo/SP. As discussões abrangem os biocombustíveis e as mudanças climáticas em âmbito mundial. O moderador da sessão, Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, provocou a questão e também opinou. Para Pinguelli, a aplicação de multas aos condutores de veículos com alta emissão de gás carbônico e, principalmente, o uso de veículos híbridos são exemplos de soluções para o problema.

O norte-americano Christopher Flavin, presidente do *Worldwatch Institute*, elogiou a atuação do Brasil na área de energias renováveis e acredita que, ao lado da China e da Índia, o País poderá assumir a liderança política na redução de gases de efeito estufa. Na opinião de Flavin, os biocombustíveis são uma alternativa à emissão de CO² pelos transportes públicos, mas deve-se levar em conta a importância de sua utilização em carros de passeio e em caminhões, por exemplo. “Não há porque se concentrar apenas no transporte público. É preciso, desenvolver uma economia baseada em baixo teor de carbono e o Brasil tem possibilidades de fazê-lo”, completou.

O presidente do Processo Negociador do Protocolo de Quioto, o embaixador argentino Raúl Estrada-Oyuela, defende a melhoria dos combustíveis e do sistema de transporte; como exemplo, questionou o abandono do uso de ferrovias para o trânsito de produtos agrícolas. “Ainda há muito que ser feito na área de transporte, não é o caso de responsabilizar apenas o mercado”, afirmou.

Biocombustíveis versus alimentos - Na opinião do diretor da *Smith School of Enterprise and the Environment*, da Universidade de Oxford, Sir David King, é preciso analisar o ciclo completo da emissão de carbono e desenvolver tecnologias que não utilizem culturas alimentares para a produção de energia. Segundo King, em 2050, nove bilhões de pessoas no mundo demandarão ainda mais alimentos. “É preciso ter cuidado com o incentivo à produção de biocombustíveis a partir de alimentos, ressaltou.

Sessão Plenária 3 - A partir das 15 horas, os participantes da conferência assistirão ao debate *Biocombustíveis e Sustentabilidade: segurança alimentar; geração de renda, desafios para os ecossistemas*. (Da Redação)

Estudo do BNDES reforça compatibilidade entre produção de etanol e alimentos –
Sítio eletrônico do MAPA – 18/11/2008

São Paulo/SP (18.11.2008) - A afirmativa de que não existe conflito entre a produção de etanol e a de alimentos ganhou mais um reforço, nesta terça-feira (18). Essa é a conclusão do estudo *Bioetanol de cana-de-açúcar - Energia para o desenvolvimento sustentável*, lançado durante a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. A publicação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi elaborada em parceria com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Em entrevista coletiva, o gerente de biocombustíveis do BNDES, Paulo Faveret, destacou que a obra trata exclusivamente sobre o biocombustível feito a partir da cana-de-açúcar e está dirigida aos formadores de opinião do mundo todo. O estudo, realizado a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, objetiva compartilhar a experiência nacional do etanol, especialmente com os países em desenvolvimento localizados nas zonas tropicais e subtropicais.

Análise pendente - “Faltava uma análise sobre o etanol, que é o grande combustível do continente americano”, afirmou o representante regional da FAO para a América Latina e Caribe, José Graziano da Silva. “Este documento consolida o que já se sabe sobre o etanol e coloca as dúvidas que ainda precisam ser resolvidas”, comentou.

Petróleo e biocombustíveis - Graziano observou, ainda, que os biocombustíveis não vão substituir o petróleo, mas são um importante aditivo e de excelente qualidade para essa matéria-prima fóssil. “O petróleo deve ser poupado para usos mais nobres, como a petroquímica, por exemplo”, enfatizou.

A secretária-executiva da Cepal, Alicia Bárcena, reforçou a opinião de Graziano e defendeu a importância do etanol na agenda política internacional, principalmente no que se refere a seu impacto no meio ambiente. “O etanol produzido a partir da cana-de-açúcar é 7,5 vezes mais eficiente que aquele produzido a partir de milho e, reduz, ainda, até 1,2% das emissões de gás carbônico na atmosfera”, completou.

O livro *Bioetanol de cana-de-açúcar - Energia para o desenvolvimento sustentável* pode ser encontrado no site www.bndes.gov.br. (Da Redação)

Expansão de cana e etanol deve-se à produtividade agrícola e industrial, aponta estudo – Sítio Eletrônico do MAPA – 18/11/2008

São Paulo/SP (18.11.2008) - A expansão da produção de cana-de-açúcar e etanol, nas últimas décadas, ocorreu não só em área cultivada, mas também a partir de expressivos ganhos em produtividade nas fases agrícola e industrial, com aumentos anuais de 1,4% e 1,6%, respectivamente. Este é um dos dados apontados no estudo *Bioetanol de cana-de-açúcar - Energia para o desenvolvimento sustentável*, lançado nesta terça-feira (18), durante a *Conferência Internacional sobre Biocombustíveis*, em São Paulo/SP. De acordo com a publicação, o processo resultou em crescimento anual de 3,1% da produção de etanol por hectare cultivado, ao longo de 32 anos.

O diretor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Alexandre Strapasson, acredita que é preciso considerar a proporção do uso da cana-de-açúcar no Brasil para produção do biocombustível. “São quatro milhões de hectares, ou 0,5% do território nacional, muito

pouco em comparação com as áreas disponíveis para agricultura”, enfatizou. Os dados oficiais são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com Strapasson, para se planejar o futuro do setor, o governo está finalizando o zoneamento agroecológico que vai disciplinar a expansão da área de cultivo da cana no País. O diretor do Mapa comentou, ainda, que 70% da expansão da cana tem ocorrido em áreas de pastagens, como acontece em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, que são os maiores produtores nacionais, com ganho em produtividade, tanto da cana-de-açúcar como da pecuária.

Publicação - O livro apresenta um panorama da cana-de-açúcar e do etanol no Brasil e em países com potencial de produção do biocombustível. Foi produzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em parceria com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). *(Da Redação)*

Conferência internacional debate sustentabilidade dos biocombustíveis e segurança alimentar – Sítio Eletrônico do MAPA – 18/11/2008

São Paulo/SP (18.11.2008) - Sustentabilidade é um padrão mínimo que deve ser adotado por todos aqueles que se propõem a produzir biocombustíveis, defendeu, nesta terça-feira (18), a senadora e ex-ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, moderadora da terceira sessão plenária da *Conferência Internacional sobre Biocombustíveis*, em São Paulo/SP. “Há coisas muito concretas que devem ser levadas em conta para a produção de biocombustíveis, como a proteção das florestas e a segurança alimentar”, completou.

O último tema proposto para o dia, *Biocombustíveis e Sustentabilidade: segurança alimentar; geração de renda, desafios para os ecossistemas*, tem na pauta a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica e social.

Para o secretário-geral da Cooperação Ibero-Americana, o uruguaio Enrique Iglesias, a questão implica na disponibilidade dos recursos alimentares para toda a população. Ele atribui à escassez de alimentos a redução de reserva e o aumento do consumo na Ásia. “O papel dos biocombustíveis nessa matéria provocou impacto, principalmente no caso do milho usado para produzir etanol”, afirmou. No entanto, ele acredita que o mais importante, neste momento, é colocar novamente a agricultura como tema central das políticas públicas. “As tecnologias aplicadas à agricultura e à agricultura familiar podem ser uma resposta a esse tema”, ponderou.

A secretária-executiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), Alicia Bárcena, comentou que, na América Latina, os países formam quatro grupos: os importadores de alimentos e energia, os que exportam alimentos e importam energia, os que importam alimentos e exportam energia e aqueles que importam alimento e energia.

Na opinião de Bárcena, é hora de acabar com a importação de alimentos para fins de segurança alimentar. “Eu não acredito nisso, assim como nunca acreditei que importar energia seja a solução para a segurança energética”, declarou.

Por sua vez, o diretor da ONG Amigos da Terra/Amazônia Brasileira, Roberto Smeraldi, defendeu que os subsídios praticados por muitos países não são compatíveis com estratégias de sustentabilidade econômica. Para ele, sob o ponto de vista da sustentabilidade para os biocombustíveis, é preciso ter em conta a economia da biomassa como um todo. “Quando se fala de cana-de-açúcar, temos que pensar não só no etanol, mas também na descentralização da produção”, finalizou.

Conferência Internacional destaca desenvolvimento tecnológico em biocombustíveis no Brasil – Sítio Eletrônico do MAPA – 19/11/2008

São Paulo/SP (19.11.2008) - Representantes dos setores acadêmico, público e privado, além da indústria, discutem as inovações necessárias para os biocombustíveis, durante a quarta sessão plenária da *Conferência Internacional sobre Biocombustíveis*, nesta quarta-feira (19), em São Paulo/SP. O presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Silvio Crestana, moderador da discussão, ressaltou a importância do desenvolvimento tecnológico em biocombustíveis para, inclusive, reduzir o preço do etanol. “De US\$ 40 por gigajoules, em 1975, caiu para US\$ 15, em 2005”, comparou.

Crestana afirmou, também, que os biocombustíveis geraram avanço tanto na agricultura, com o aumento da produção agrícola, como na indústria, com a criação da tecnologia de veículos *flex fuel*, que está, praticamente, em toda a frota de veículos nacionais. “A cana-de-açúcar para etanol é um negócio muito importante para a pesquisa tecnológica”, salientou.

Ainda na abertura da primeira sessão plenária do dia, o presidente da Academia Africana de Ciências do Sudão, Mohammed Hassan, defendeu a idéia de que o mundo, hoje, precisa de mais tecnologia do que nunca. “Precisamos de Ciência para aproveitar as plantas cuja eficiência de absorção de energia sirva para o transporte”, sugeriu. Hassan enfatizou, ainda, que o maior desafio na área energética é a produção de biocombustíveis a partir de culturas “não elementares”, ou seja, que não concorram com a produção de alimentos ou ração animal.

Centro internacional de pesquisa - Hassan, que também é diretor-executivo da Academia de Ciências do Mundo em Desenvolvimento (TWAS, sigla em inglês), propôs a criação de um centro internacional de excelência em biocombustíveis no Brasil. “A pesquisa está muito concentrada no Brasil e nos Estados Unidos, mas poderíamos unir pesquisadores do mundo inteiro, já que esta é uma questão mundial”. O sudanês sugeriu que o tema fosse tratado durante o Segmento Intergovernamental de Alto Nível da conferência, que reunirá autoridades de governo, nestas quinta (20) e sexta-feiras (21).

O reconhecimento do Brasil na produção de etanol também foi colocado em destaque pela presidente do Centro de Controle de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Lúcia Melo. “O País é líder na produção e no esforço concentrado em desenvolver os biocombustíveis, com centros de pesquisa e uma gama expressiva de novas tecnologias e impacto direto no sistema de transporte”, opinou. *(Da Redação)*

Stephanes defende trabalho integrado para desenvolver tecnologias de produção do biodiesel – Sítio Eletrônico do MAPA – 20/11/2008

São Paulo/SP (20.11.2008) - Países que estão investindo no desenvolvimento de novas tecnologias para biodiesel devem trabalhar de forma integrada. A posição é do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que participou, nesta tarde, das terceira e quarta sessões intergovernamentais da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, em São Paulo. “O Brasil coloca sua rede de pesquisa à disposição para troca de experiências”, acrescentou.

O ministro reforçou a necessidade de se aprimorar a pesquisa em biodiesel para que se alcance eficiência equivalente à apresentada pela cana-de-açúcar ao etanol. “O pinhão manso é considerada a planta do futuro para o biodiesel e poderá produzir até cinco mil litros de óleo por hectare. Hoje, o máximo que se pode conseguir do girassol e da mamona, já utilizados, é de 2 a 2, 5 mil litros por hectare”, afirmou. Mas, Stephanes ponderou que serão necessários de cinco a dez anos de pesquisa para se atingir uma produção industrial a partir do pinhão manso.

Nesta sexta-feira (21), o ministro participa da última sessão da conferência e tem encontros bilaterais com os ministros dos EUA, Rússia e Sudão.

Cassel apóia produção de biocombustíveis em Conferência – Sítio Eletrônico do MDA – 20/11/2008

Mudanças climáticas, sustentabilidade e inclusão social foram alguns dos temas discutidos nesta quinta-feira (20) durante a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. Promovido pelo governo brasileiro, o evento ocorre em São Paulo desde a última segunda-feira (17). Participam representantes de noventa países, de organismos internacionais, cientistas e empresários.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ressaltou, durante sua participação na Conferência, a importância da discussão de dois temas: a produção de alimentos e a produção de biocombustível. “A busca de uma matriz energética não poluente nos leva à pergunta: quem pode produzir? E isso nos leva à superação da desigualdade e à inclusão social no meio rural brasileiro com a participação dos agricultores familiares nessa cadeia produtiva”, destacou. O ministro defende, ainda, que é necessário “pensar na produção de alimentos e, ao mesmo tempo, na produção de uma nova matriz energética. Esses dois temas não podem ficar separados”.

Crédito, assistência técnica, seguro e garantia de preço mínimo são alguns dos exemplos de políticas desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA) para incentivar a agricultura familiar. Atualmente, mais de 100 mil famílias de agricultores participam do programa brasileiro de biodiesel. Na safra 2008/2009, a expectativa é que 80 mil famílias participem da produção de oleaginosas em diversas regiões do País. E a tendência é que esse número cresça ainda mais. Até 2013, quando 5% de biodiesel terá que

ser adicionado ao diesel, o cenário brasileiro será de 200 mil famílias de agricultores familiares envolvidas, a cada ano, na produção de biodiesel.

Os participantes da Conferência foram unânimes no elogio à iniciativa brasileira de promover a discussão sobre o tema. Na opinião da delegação da Noruega, é muito importante trabalhar com o governo brasileiro na busca por soluções que promovam o desenvolvimento e protejam o meio ambiente. Já a representação dos Estados Unidos cumprimentou o governo do Brasil pela liderança nas pesquisas com biocombustível. Do grupo da República Dominicana veio o reconhecimento de que o Brasil está ensinando a eles como "ser bom, grande e desenvolvido". A Conferência Internacional termina nesta sexta-feira (21), com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ministro destaca importância de matriz energética limpa para o Brasil – Sítio Eletrônico do MMA – 17/11/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, lembrou hoje (17) aos participantes do XII Congresso Brasileiro de Energia a importância de o Brasil possuir uma matriz energética limpa, renovável e diversificada. Segundo ele, essa é uma das razões para que as licenças ambientais para a construção de novas hidrelétricas no Brasil sigam um roteiro rigoroso, não sendo feitas de forma açodada.

O ministro citou os casos das licenças para a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau informando que, em cada uma delas, os responsáveis pelos empreendimentos se comprometeram, como forma de compensação ambiental, a adotar unidades de conservação. "É importante que nossas licenças sejam rápidas e rigorosas", disse Minc.

Considerado como o mais importante fórum do setor energético brasileiro, o Congresso, realizado no Rio de Janeiro, teve como tema "Desafios do Setor Energético Brasileiro". Minc participou da abertura do evento proferindo a palestra magna. A organização do encontro, que vai até o dia 19, é da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Coppe/UFRJ

Minc garante que etanol brasileiro não agredirá o meio ambiente – Sítio Eletrônico do MMA – Daniela Mendes – 20/11/2008

O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, foi taxativo ao afirmar que o etanol brasileiro não representará agressão à Amazônia, ao Pantanal, nem substituirá a vegetação nativa em qualquer bioma do país. Ele participa da mesa redonda Biocombustíveis e Mudança Climática, da 1ª Conferência Internacional sobre Biocombustíveis que ocorre no Hotel Grand Hyatt, em São Paulo. "A área do meio ambiente está participando decisivamente do Programa Brasileiro de Biocombustíveis e posso garantir que o etanol não representará agressão ao meio ambiente", disse o ministro a uma platéia de mais de quarenta chefes de delegação de diversos países da Europa, da África, da Ásia e da América Latina, além dos Estados Unidos.

Minc defendeu que a liderança em relação à produção dos biocombustíveis seja repartida com outros países e apontou que o caminho para que se alcance esse objetivo é a transferência de tecnologia. "Temos interesse que os biocombustíveis se transformem em commodities e podemos estender a tecnologia para parceiros da América Latina, da África e do continente asiático como forma objetiva de reduzirmos as emissões e atacarmos esse problema que é a mudança climática", afirmou. Ele adiantou ainda que o primeiro Plano Brasileiro de Mudanças Climáticas deverá ser assinado pelo presidente Lula no início de dezembro, antes da Conferência das Partes das Nações Unidas Sobre o Clima, na Polônia, onde serão discutidas metas pós-Kyoto.

A conferência, que teve início no dia 17, conta com a participação de representantes de 50 países e foi uma iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar as discussões em torno dos biocombustíveis, principalmente do etanol, e atrair investimentos internacionais para essa tecnologia pioneira. A Conferência irá até sexta-feira, dia 21, com a participação do presidente Lula que deverá participar do encerramento do encontro.

Atividades sustentáveis - Como estímulo às atividades sustentáveis, o ministro Carlo Minc defendeu durante 1ª Conferência Internacional de Biocombustíveis, em São Paulo, a criação de mais mecanismos de financiamento para investimento em extrativismo, planos de manejo florestal, piscicultura e outras áreas. "Essas atividades podem beneficiar os 25 milhões de habitantes da Amazônia sem destruir a floresta", disse. Ele destacou a redução do desmatamento da Amazônia em 22% nos últimos meses, mas disse ser necessário ampliar acordos que estimulem a sustentabilidade e gerem empregos sustentáveis, a exemplo do Fundo Amazônia, instrumento criado para estimular a sustentabilidade e reduzir a exploração desregrada da natureza. "É possível estimularmos o biocombustível mantendo a sustentabilidade econômica, ambiental e social e é esse o caminho que nós queremos para o Brasil", afirmou o ministro.

Mata Atlântica Nesta sexta-feira (21), durante a conferência de biocombustíveis, no Hotel Hyatt, o ministro participa, às 9h30, da solenidade de assinatura pelo presidente Lula do decreto que regulamenta a lei da Mata Atlântica. A nova norma estimula o plantio de espécies nativas para recuperação de áreas degradadas e também para a produção de matéria-prima florestal para uso econômico, entre outros.

Minc defende matriz energética mais limpa para o Brasil – Sítio Eletrônico do MMA – 21/11/2008

O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, disse nesta sexta-feira (21), em Florianópolis, onde participou da Eco Power Conference - Fórum Internacional de Energia Renovável e Sustentabilidade, que o Brasil precisa buscar uma matriz energética mais limpa. "Se não licenciarmos hidrelétricas, teremos mais fontes de energia à base de carvão e óleo", salientou. Ele lembrou que a utilização de termelétricas significa mais emissões de gases poluentes o que "suja nossa matriz energética".

Rigor e rapidez no licenciamento para o setor elétrico foram os principais aspectos destacados pelo ministro. Minc disse, ainda, que o País precisa ampliar seus investimentos em fontes alternativas de energia elétrica, como a eólica. A produção e utilização de biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel, voltaram a ser defendidas por Minc.

A Eco Power Conference, fórum internacional promovido pela Associação Cultural Brasil Santa Catarina, contou com a presença de lideranças mundiais, cientistas, políticos, economistas e ativistas. Representantes de governos, de empresas e de organizações não-governamentais apresentaram propostas, caminhos e soluções.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Crise e incerteza sobre Obama diluem debates do etanol em SP – Denise Chrispim Marin e Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/11/2008

A Conferência Internacional sobre Biocombustíveis será aberta hoje em um momento de incerteza sobre a política que o futuro governo dos Estados Unidos adotará para a questão.

Em especial, sobre a cooperação bilateral com o Brasil. Imaginada como meio eficaz de combate aos lobbies contrários à expansão comercial do etanol e do biodiesel, a reunião poderá diluir as teorias de que os biocombustíveis são responsáveis pelo desmatamento da Amazônia e pela elevação dos preços mundiais dos alimentos. Mas, ao omitir o rumo da administração do democrata Barack Obama para o tema, a conferência não atingirá a ambição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de colocar todas as dúvidas sobre o etanol "em pratos limpos".

Em princípio, Obama não enviará à conferência nenhum membro de sua equipe de transição, que começou a atuar em Washington na semana passada e ainda não se debruçou

sobre essa questão específica. Na semana passada, em conversa por telefone com Lula, o futuro presidente dos EUA afirmou que pretende aprofundar a cooperação bilateral na área de biocombustíveis, iniciada em março de 2007.

Mas teve o cuidado de não detalhar em que sentido. Sustentado em convicções protecionistas, Obama havia deixado claro em várias oportunidades, durante sua campanha eleitoral, que manterá a barreira tarifária ao etanol brasileiro. Com Lula, não abordou esse ponto delicado.

Diante da indefinição do futuro governo americano, Greg Manuel, assistente especial internacional para Energias Renováveis do Departamento de Estado, aposta no apoio do Congresso americano à continuidade da atual política sobre biocombustíveis e da cooperação bilateral.

Manuel põe suas fichas no poder de convencimento do senador democrata Richard Lugar, um dos mais insistentes defensores dos biocombustíveis. Lugar é um dos nomes apontados para o cargo de secretário de Estado de Obama. “No final das contas, o apoio a qualquer iniciativa nessa área caberá à equipe de Obama, que chegará aqui no dia 20 de janeiro”, resumiu.

A crise financeira e o conseqüente recuo nos preços do petróleo relegaram esse debate a um plano secundário. De espaço original para a defesa da bandeira do biocombustível, a conferência tornou-se um evento a ser cumprido pelo Itamaraty, que desembolsou R\$ 6 milhões para montar o encontro em São Paulo. Fontes do governo admitem, com ironia, que o tema biocombustíveis é, provavelmente, o “item 55” da lista de prioridades de Obama.

Convidado insistentemente por Lula, o atual presidente americano, George W. Bush, declinou da participação na conferência e enviará ao encontro uma delegação chefiada pelo secretário de Agricultura, Ed Schaefer. A ausência de Samuel Bodman, secretário de Energia, indica o interesse desse governo em final de mandato em abordar a questão pela ótica dos alimentos, e não pelo viés da segurança energética. A ausência de Bush e de outros líderes mundiais convidados por Lula esvaziou o contorno político que a conferência poderia ter. “A crise tira a faixa de miss da reunião”, admitiu o embaixador André Amado, subsecretário de Energia do Itamaraty.

Amado avalia, porém, que a conferência será uma grande oportunidade para desfazer, entre os formadores de opinião, o que ele chama de “mitos” sobre o etanol. Primeiro, que a produção de cana tem impactos ambientais negativos porque estimula o desmatamento. Segundo, que o uso de produtos agropecuários para a produção de combustíveis foi o responsável pela alta dos preços das commodities. Terceiro, que o plantio de matérias-primas para os biocombustíveis prejudicará a produção de alimentos. Otimista, o embaixador acredita que a onda contra o etanol já está reflúindo.

Brasil e EUA ampliam acordo de cooperação em biocombustíveis – Denise Chrispim Marina e Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/11/2008

Brasil e Estados Unidos concordaram ontem em expandir o alcance do protocolo de cooperação na área de biocombustíveis, firmado em março de 2007, ao aprovar a atuação conjunta para a capacitação de mais cinco países para a produção de etanol. Durante a Conferência Internacional de Biocombustíveis, em São Paulo, o chanceler Celso Amorim e o secretário de Estado da Agricultura dos Estados Unidos, Ed Schafer, anunciaram que Guatemala, Honduras, Jamaica, Guiné-Bissau e Senegal serão os novos alvos da parceria Brasil-EUA nesse setor, conforme o memorando de entendimento assinado ontem.

O reforço do protocolo de 2007, a rigor, traz uma discreta tentativa de sensibilizar o futuro presidente dos EUA, Barack Obama, que toma posse em 20 de janeiro, a dar continuidade à cooperação bilateral.

Na semana passada, Obama falou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tinha interesse no aprofundamento dessa parceria. Mas não entrou em detalhes. Sua política para essa área não tende a contemplar um ponto-chave para o Brasil: a abertura do mercado americano ao etanol brasileiro.

O protocolo de cooperação previa a atuação conjunta em terceiros países. Os primeiros eleitos foram El Salvador, Haiti, República Dominicana e São Cristóvão e Névis, que receberam um total de US\$ 4,3 bilhões, distribuídos em 12 projetos de desenvolvimento de indústrias de biocombustíveis. Os outros objetivos do protocolo eram a pesquisa para a produção de etanol de celulose e a cooperação para a definição de padrões internacionais para esse biocombustível e, portanto, para a adoção de preços uniformes de comercialização. Ou seja, de sua transformação em uma commodity, assim como são o petróleo, os minérios e alguns alimentos básicos. Em paralelo aos esforços bilaterais, Brasil e EUA atuam no Fórum Internacional de Biocombustíveis (FIB), com o objetivo de fixar padrões para o etanol.

Ontem, Amorim e Schafer comentaram com entusiasmo o acordo entre o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás (Cenpes) e o National Renewable Energy Lab (NREL), dos EUA, firmado em outubro passado, para o desenvolvimento de sistemas de processamento e distribuição de biocombustíveis com base em tecnologias de “segunda geração”. Trata-se da produção de etanol de celulose - usando o bagaço da cana, no Brasil, e gramíneas, nos EUA -, que poderá diminuir o uso de matérias-primas alimentares, como o milho, e diminuir os argumentos contrários à disseminação desse biocombustível.

UE amplia proposta de cota para etanol brasileiro – Jamil Chade – Estado de São Paulo
– Economia e Negócios – 25/11/2008

A União Européia (UE) oferece uma nova cota para as exportações de etanol do Brasil no marco da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ontem, a UE indicou que poderia permitir que o Brasil forneça até 6% do consumo interno de etanol do bloco.

A OMC deve convocar para dezembro uma reunião ministerial que teria como meta concluir o processo de liberalização comercial. Há dez dias, em Washington, os líderes do G-20 decretaram que o processo precisa estar concluído ainda em 2008, para dar um sinal positivo à economia mundial.

O Brasil, um dos principais interessados na conclusão do processo, deixou claro há poucos dias que insistiria em voltar a incluir no processo a liberalização do etanol, produto que é o carro chefe da diplomacia comercial brasileira.

Os europeus, que querem adotar uma política de expansão do uso do etanol em seus veículos, sabem que não poderão fornecer sozinhos a seu mercado todo o etanol necessário até 2020. A importação a uma taxa inferior, portanto, também vai beneficiá-los. Hoje, a tarifa de importação para o etanol entrar no mercado europeu é de cerca de 40%.

O obstáculo, por enquanto, tem sido o Japão. A criação de uma nova cota significa a adoção da medida por todos os países que impõem barreiras aos produtos. A idéia original do Brasil não era conseguir uma cota, e sim uma redução tarifária. Mas, nas negociações, ficou claro que não haverá uma forma de incluir o etanol no processo que não seja pela criação de uma cota. Para o Itamaraty, não há como concluir um acordo de negociações comerciais sem a inclusão do etanol.

Em julho, a UE havia oferecido a abertura de seu mercado para 1,4 milhão de toneladas de etanol em dez anos. A abertura ocorreria gradualmente. Em porcentuais, a abertura ficaria abaixo dos 6% discutidos agora. O Brasil ainda insistia para que o crescimento das cotas a cada ano fosse indexado no aumento futuro do consumo.

A oferta da Europa não está sendo feita sem os protestos internos dos produtores europeus. Com a crise, muitos projetos de etanol na Europa estão sendo abandonados e os produtores culpam as exportações brasileiras pelos prejuízos. Para o Brasil exportar, porém, o País ainda terá de negociar um selo verde com a UE. Já em relação aos Estados Unidos, o Brasil pressiona pelo fim de uma sobretaxa ao produto.

Lula: biocombustíveis ganharam destaque na agenda internacional – Sítio Eletrônico do MAPA – 21/11/2008

São Paulo/SP (21.11.2008) - Após cinco dias de discussões sobre o futuro das matrizes energéticas renováveis, a *Conferência Internacional sobre Biocombustíveis* foi encerrada, nesta sexta-feira (21), em São Paulo/SP, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Para Lula, o comparecimento de mais de 90 delegações estrangeiras ao evento provou que o tema biocombustíveis ganhou lugar de destaque na agenda global. “Tivemos uma troca informada e sem preconceito de idéias”, elogiou.

O presidente citou a atual crise financeira mundial e afirmou que hoje, está claro que a comunidade internacional precisa rever com urgência as suas perspectivas. “Convidei-os a São Paulo por estar convencido que os biocombustíveis podem nos ajudar a combinar crescimento com preservação ambiental e também com responsabilidade social”, afirmou e complementou dizendo que os biocombustíveis são uma promissora alternativa para mais de cem países em desenvolvimento.

Para o presidente da República, o Brasil está disposto a fazer a diferença nesse cenário e propôs aos países desenvolvidos a cooperação com os países da América Central, do Caribe e da África. Na opinião do presidente, essa parceria com os países mais pobres, principalmente da África, é uma forma de colaborar com o desenvolvimento econômico e social dessas nações, resolvendo, inclusive, o problema das imigrações.

O presidente citou como exemplo a instalação de um escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Acra, capital de Gana, que teve a intenção de levar tecnologia àquele país “para implantar, no continente africano, a mesma proeza que foi desenvolvida no cerrado brasileiro”.

Críticas - Aos críticos dos biocombustíveis, a melhor resposta, segundo Lula, é a experiência brasileira de mais de 30 anos na produção do etanol. “Nossa produção de etanol e de alimentos nasceu de uma grande transformação do campo brasileiro. Graças aos esforços de nossos pesquisadores e ao espírito empreendedor dos agricultores brasileiros”, enfatizou. Ele destacou que o País aprendeu a explorar o “potencial transformador” do etanol e do biodiesel em termos de geração energética, geração de emprego e renda e redução das emissões de gás carbônico.

O presidente Lula encerrou a Conferência ao lado dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; das Relações Exteriores, Celso Amorim; de Minas e Energia, Edison Lobão; da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; do Meio Ambiente, Carlos Minc; do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; e do governador de São Paulo, José Serra.

Stephanes em São Paulo – Ainda nesta sexta-feira (21), na capital paulista, o ministro Stephanes participa de reuniões bilaterais. Às 15 horas, a reunião será com o secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Ed Schafer. Às 16 horas, se encontra com o ministro de Recursos Animais e Pesca do Sudão, Ismael Jalab, e às 17 horas, se reúne com o ministro da Agricultura da Rússia, Alexey Gordeev. *(Da Redação)*

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

